

Corrida para votar a CPMF

A proposta que prorroga a vigência da contribuição poderá ser votada em primeiro turno no Plenário do Senado por volta do dia 6 de dezembro, de acordo com previsão do líder do governo,

Romero Jucá. Aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, a cobrança da contribuição terá de ser aprovada em dois turnos até o fim do ano para se manter em 2008.

PÁGINAS 4 E 5

LUANA FISCHER/FOLHA IMAGEM



Depois do incentivo, o colapso: frotas param no Rio e em São Paulo com decisão da Petrobras de reduzir o fornecimento

Especialistas prevêem longa crise do gás

A tendência é que a situação se normalize apenas na virada da década, com a entrada em operação de campos de gás como Mexilhão, na

bacia de Santos, e Peroá-Cangoá e Golfinho, no Espírito Santo, que dependem da conclusão de gasodutos para abastecer o mercado.

PÁGINA 9

Bancos estatais podem liderar a competitividade?

Por concentrar 28% dos ativos do sistema financeiro, os bancos estatais podem contribuir com soluções para aumentar a competitividade no setor. A avaliação é de Alvir Hoffman, um dos três indicados para a diretoria do Banco Central sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 7

Licença de seis meses para mãe tem apoio de 80%

Pesquisa do DataSenado indica que 80% dos brasileiros apóiam o projeto que amplia de quatro para seis meses a licença-maternidade. A proposta, aprovada pelo Senado e enviada à Câmara, permite à empresa descontar do Imposto de Renda 60 dias da remuneração paga à mãe trabalhadora.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

PERGUNTE AO SENADOR

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

Plenário deve examinar quinta-feira processo contra Renan Calheiros

J. FREITAS



João Pedro e Jefferson, relatores de processos contra Renan, ao lado de Quintanilha e Adelmir

Por 11 votos a 3, o Conselho de Ética aprovou relatório de Jefferson Péres que pede a cassação do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros. Na representação, Renan é acusado de manter sociedade por meio de "laranjas" em emissora de rádio e em jornal. A votação em Plenário está prevista para esta quinta-feira.

PÁGINA 3

Cidadania

Diálogo, afeto e cuidado: o que não pode faltar à adolescente grávida

Um lar com diálogo e afeto ajuda a prevenir a gravidez precoce. Mas, quando o inesperado acontece, a família deve saber lidar com a nova situação. Veja no *Especial Cidadania* dicas de especialistas para reduzir o impacto da gravidez na adolescência e evitar que as mães de primeira viagem coloquem em risco sua vida e a do bebê.

PÁGINA 16

ÉTICA Relatório, que pode ir a Plenário nesta quinta, aponta uso de “laranjas” na compra de empresas de mídia

Colegiado arquiva denúncia de favorecimento à Schincariol

O Conselho de Ética decidiu arquivar na quarta-feira, por 9 votos e 5 abstenções, a representação na qual o presidente licenciado Renan Calheiros era acusado de ter exercido tráfico de influência em benefício da cervejaria Schincariol perante a Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O relator do caso, senador João Pedro (PT-AM), afirmou em seu parecer não ter encontrado nenhuma prova da acusação movida pelo PSOL com base em reportagem da revista *Veja*.

– O PSDB e o DEM resolveram se abster em respeito ao trabalho do senador João Pedro. Não poderíamos votar a favor da representação, uma vez que ficou clara a quebra de decoro pelo senador Renan na primeira representação – explicou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Ele se referia à utilização por Renan de um lobista da empreiteira Mendes Júnior para pagamento de despesas pessoais e ao fato de que essa e outras ações expuseram o Senado e levaram a Casa a uma crise sem precedentes.

A acusação contra Renan era de que o senador teria conseguido que a Schincariol fosse liberada de uma dívida de R\$ 100 milhões. O negócio teria envolvido também o irmão de Renan, deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), acusado de vender a fábrica Conny de refrigerantes e sucos à Schincariol por um valor acima do de mercado: R\$ 27 milhões. A fábrica está instalada na cidade alagoana de Murici, da qual é prefeito Renan Calheiros Filho (PMDB). Na terça-feira, a Câmara absolveu o deputado da acusação.

– Além da negativa do representado [Renan] e da cervejaria, obtive do secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, a afirmação categórica de que não houve solicitação por parte do senador Renan Calheiros [em prol da Schincariol] – assinalou.

No INSS, João Pedro obteve a informação de que no período de supostas visitas de Renan à cúpula do órgão, em 2006, as dívidas previdenciárias já estavam no âmbito da Secretaria de Receita Previdenciária, criada em 2004.



Renan teve um processo contra ele arquivado e outro aprovado na quarta-feira



João Pedro (E), Jefferson Péres, Leomar Quintanilha, Adelmir Santana e Romeu Tuma em reunião que analisou processos contra Renan

Conselho de Ética aprova cassação de Renan Calheiros

Por 11 votos a três, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou o relatório do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que propõe a cassação do mandato do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), pela utilização de “laranjas” numa sociedade com o usineiro João Lyra em meios de comunicação de Alagoas. O parecer baseia-se no fato de que, a partir de 2002, duas rádios e um jornal mudaram constantemente de donos, mas acabaram nas mãos de colaboradores de Renan e de Lyra. O relatório vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em seguida, ao Plenário, onde pode ser votado já nesta quinta-feira, segundo o presidente interino da Casa, Tião Viana (PT-AC).

Para Jefferson Péres, “surpreen- de a quantidade de coincidências

que envolvem a primeira venda” das rádios, com a participação de diversas pessoas ligadas a Renan e a Lyra no quadro societário. Posteriormente, Renan Calheiros Filho é feito sócio na empresa com dinheiro doado pelo pai. A suposta sociedade foi objeto de reportagem da revista *Veja*, base da acusação movida por PSDB e DEM.

“Se esse conjunto de evidências não configurar a interposição de pessoas com o fito de ocultar a participação de um sócio, não saberíamos dizer que espécie de conduta serviria para fazê-lo”, questiona Jefferson.

O relator desconsiderou a alegação de defesa, feita pelo advogado José Fragoso Cavalcanti, de que não há provas contra Renan. “Um

conjunto tão forte de indícios bem vale como uma prova, até mesmo porque, no sistema atual do processo penal brasileiro, o princípio da livre apreciação das provas ou do livre convencimento do juiz dá lastro a uma postura mais investigativa e menos formalista.”

Processo vai para a CCJ. Se aprovado, segue para análise em Plenário

Para Jefferson, a ocultação de patrimônio não foi a real preocupação de Renan ao se utilizar de “laranjas” para adquirir a Rádio Correio (registrada como Rádio Mantar guaba Ltda.) e a JR Radiodifusão Ltda. À época, em 1998, o então ministro da Justiça e senador licenciado teria tentado driblar o Código de Ética do Senado, que proíbe aos senadores dirigir meios de comunicação, e a Constituição, que proíbe o parlamentar

de dirigir empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público. O relator entende que, nesse caso, não há distinção entre propriedade e gestão, já que o interesse de Renan seria “obter na mídia um espaço favorável”. Ou seja, “pautar a linha editorial”, o que configuraria a gestão.

O relator baseou-se no depoimento de Lyra ao corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), que procurou relativizar por constatar que os antigos aliados agora são adversários. Mas o fato de que Renan, ainda ministro de Fernando Henrique Cardoso, teria tratado da venda dos veículos reforçou a acusação feita pelo usineiro. Outro foi a existência de um papel timbrado do gabinete de Renan com indicações de percentuais de participação no negócio.

Advogado afirma que relatório não apresenta provas

O relatório apresentado pelo senador Jefferson Péres com o pedido de cassação de mandato do senador Renan Calheiros deveria ser arquivado, já que foi elaborado com base em depoimentos de seu adversário político, o usineiro João Lyra, e não há provas. Esse foi o argumento utilizado pelo advogado de Renan, José Fragoso, durante a defesa de seu cliente na reunião do Conselho de Ética ocorrida na quarta-feira.

Fragoso lembrou que Lyra nunca perdoou Renan por ter apoiado o nome do então senador Teotonio Vilela Filho (PSDB) para o governo de Alagoas, em detrimento de sua candidatura, nas eleições de 2006.

– A acusação tem por fonte um adversário político, que não perdoa o representado em face do apoio ao ex-senador e agora governador Teotonio Vilela. Isso frustrou as suas pretensões políticas. Ele perdeu a eleição e credita isso a Renan – disse.

O advogado acusou o contador José Hamilton Barbosa, que prestou depoimento ao Conselho de Ética, por “mentir e servir aos interesses de Lyra”, ao confirmar uma suposta sociedade secreta entre Lyra e Renan.

A verdade, disse, está na declaração do empresário Nazário Pimentel, que afirmou ter vendido as empresas de comunicação a João Lyra e declarou que Renan nunca foi sócio oculto do usineiro.

O advogado rebateu pontos do relatório de Jefferson Péres: disse que as várias alterações societárias da Rádio Manguaba se devem ao fato de a empresa ter uma situação complicada, sendo administrada por procuração, mas não há nem um documento sequer que indique a participa-



Teotonio Vilela (E) depõe perante o Conselho de Ética, representado pelo presidente Leomar Quintanilha e o relator Jefferson Péres

ção de Renan. Mais uma vez afirmou que os negócios entre Tito Uchôa e João Lyra nada têm a ver com Renan, de quem Uchôa é primo.

José Fragoso também desqualificou a folha de papel com várias anotações manuscritas, supostamente de Renan, encontrada entre os documentos enviados por Lyra ao Conselho de Ética. Ele afirmou que a cali-

grafia não é do senador, e citou que Lyra possui uma gráfica, insinuando que pode ter ocorrido algum tipo de falsificação.

Em depoimento na terça-feira ao Conselho de Ética, o governador Teotonio Vilela afirmou que Lyra é um homem “movido pelo ódio” contra Renan e, portanto, “é uma pessoa inidônea para avaliar qualquer matéria a ser apreciada pelo Senado”.

TRIBUTAÇÃO Governo obteve vitória na semana passada com o aval da CCJ à prorrogação do tributo até 2011



Reunião dos ministros Mantega e Mares Guia na terça-feira com líderes partidários abriu caminho para votação da proposta na CCJ

CPMF pode ser votada em Plenário até 6 de dezembro

Por 12 votos a 9, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, na terça-feira, o voto em separado do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pela prorrogação até 2011 da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Foi derrubado o relatório de Kátia Abreu (DEM-TO) à proposta (PEC 89/07), pela inconstitucionalidade do tributo e pela sua rejeição.

Com a aprovação na CCJ, Jucá previu que a PEC poderá ser votada em primeiro turno no Plenário por volta do dia 6 de dezembro. Ele explicou que é preciso tempo para discutir a matéria e as emendas, e “votar dentro do regimento”.

A vitória na primeira batalha pela prorrogação da CPMF foi

fruto de um processo de articulação por parte do governo. Depois de ver frustradas as tentativas de angariar votos do PSDB, os ministros do presidente Lula apostaram suas fichas nos parlamentares da base.

Da reunião com Guido Mantega (Fazenda) e Walfrido dos Mares Guia (Relações Institucionais), realizada na manhã de terça-feira, saiu a proposta que garantiu o apoio de alguns indecisos (veja reportagem abaixo).

Mas a articulação não parou por aí: as substituições de Pedro Simon (PMDB-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) na comissão também visaram garantir votos

em prol da CPMF.

Com o resultado da votação, Jucá passa a ser o relator do vencido, ou seja: o seu voto em separado passa a constituir o parecer da CCJ. Dessa forma, caberá a ele coordenar a votação da PEC no Plenário, determinando quais emendas serão acolhidas ou rejeitadas.

No Plenário, o governo precisará enfrentar dois turnos de votação com quórum qualificado – ou seja, 49 votos.

Antes, porém, existe um rito regimental a ser respeitado. A PEC poderá entrar na ordem do dia do Plenário no decorrer desta semana. Durante o período de discussão (cinco sessões antes

da votação em primeiro turno), poderão ser oferecidas emendas, desde que assinadas por um terço dos senadores.

As emendas eventualmente acolhidas por Jucá não deverão alterar o mérito da proposta, sob o risco de a PEC ser modificada e ter de retornar à Câmara.

Por acordo de lideranças, o intervalo previsto de cinco sessões entre o primeiro e o segundo turno poderia ser quebrado, o que viabilizaria todo o processo de votação num único dia. Se a prorrogação da CPMF não for aprovada até o fim do ano, a contribuição deixa de existir.

A PEC 89/07 também prorroga até 2011 a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que dá ao governo mais flexibilidade no uso dos recursos do Orçamento.

Romero Jucá, líder do governo, prevê agilidade na votação da PEC

Mozarildo: PTB vai rediscutir permanência no bloco governista

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou na quarta-feira, em Plenário, que o PTB vai rediscutir a permanência no base de apoio ao governo, durante reunião da Executiva Nacional marcada para o próximo dia 28.

A decisão de afastamento de Mozarildo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela líder do bloco, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), durante a votação da proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011, foi, segundo ele, o gatilho para o debate.

O parlamentar é contrário à prorrogação da CPMF, na contramão da orientação governista.

Para Mozarildo, Ideli agiu de forma “pouco republicana e faltou com a verdade” ao dizer que seu afastamento havia sido debatido com o líder do PTB, senador Eptácio Cafeteira (MA). Mozarildo leu ofício de seu líder, redigido no dia 13, em que Cafeteira assegura não ter sido consultado a respeito da substituição na CCJ e posiciona-se “contrário à decisão tomada”.

O líder petebista diz ainda que a bancada, composta por seis senadores (mais o senador licenciado Fernando Collor – AL), deve “repensar serena e tranqüilamente a participação no bloco”. – O PT não gosta de aliados, quer subalternos. Subalterno eu nunca fui; e meu partido também não pode ser neste momento – declarou Mozarildo, citando o ex-deputado Roberto Freire.

O senador leu nota da Juventude do PTB solidária ao seu posicionamento contrário à CPMF.

Disse ainda ter recebido manifestações de desagravo da direção do partido e agradeceu às várias manifestações em apoio à sua decisão.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou não ter se sentido confortável com a substituição e que, se tivesse sido questionado a respeito da atitude tomada por Ideli Salvatti, teria recomendado um caminho alternativo.

Já o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse lamentar que Mozarildo Cavalcanti “tenha sido vítima de uma chicana”.



Tucanos como Virgílio e Jereissati (E) tentaram brechar a votação na CCJ, presidida por Maciel (na foto, com Ideli e Agripino)

Governo substituiu Simon e Mozarildo para ganhar votos

Uma hora após o início da reunião da Comissão de Constituição e Justiça destinada a votar a proposta de emenda à Constituição que prorroga a CPMF, o presidente do colegiado, Marco Maciel (DEM-PE), leu ofício da liderança do PMDB que comunicava a retirada do senador Pedro Simon (RS) da titularidade na comissão. A vaga de Simon passava a ser ocupada pelo líder do partido, Valdir Raupp (RO).

Raupp informou que a substituição havia se dado porque Pedro Simon teria relatado à bancada “não estar em condições” de votar a favor da PEC.

A manobra – prerrogativa dos

líderes – gerou protestos da oposição, que já havia manifestado irritação logo na abertura da reunião devido à alteração feita pela bancada governista da Câmara no Projeto de Lei de Conversão 33/07, que trata da liberação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em período eleitoral, aprovado pelo Senado na última semana.

A troca de Simon por Raupp foi lida como uma continuidade do processo iniciado na segunda-feira, quando a líder do bloco governista, Ideli Salvatti (PT-SC), substituiu o senador Mozarildo Cavalcanti, contrário à PEC, por ela mesma.

Acordo entre parlamentares e ministros permitiu aprovação

A prorrogação da CPMF foi viabilizada por acordo firmado entre os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e das Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, e os parlamentares dos partidos da base aliada na terça-feira.

Os pontos do acordo, conforme lembrou o líder do governo, senador Romero Jucá, são, basicamente, a limitação dos gastos públicos com pessoal ao que foi gasto no ano anterior acrescido da inflação do período mais 2,5%; acréscimo de R\$ 24 bilhões ao orçamento da Saúde até 2011; a extensão da isenção da CPMF a quem ganha até R\$ 2.894, com abatimento na contribuição

previdenciária; e a redução da alíquota em 0,02 ponto percentual por ano em quatro anos, o que levará a contribuição ao patamar de 0,30% em 2011.

Segundo Jucá, a redução da alíquota, que seria feita por medida provisória a ser editada no dia da aprovação da PEC da CPMF no Senado, implicaria uma desoneração tributária de R\$ 20 bilhões em quatro anos.

A relatora da proposta na CCJ, senadora Kátia Abreu, classificou o acordo firmado pelo governo de “proposta de arremedo”.

– Quem vai desonerar a CPMF no caixa do supermercado? – perguntou a senadora.



LEOPOLDO SILVA

J. FREITAS

TRIBUTAÇÃO Senadores comentam em Plenário decisão da Comissão de Justiça e defendem realização de reforma



Kátia Abreu afirma que governo gasta mais do que arrecada e critica grande número de cargos de confiança e de ministérios

Kátia Abreu: sociedade não suporta mais tanto imposto

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) disse em Plenário, na quarta-feira, que faria de novo, “com a mesma dedicação e carinho”, o relatório contrário à prorrogação, até dezembro de 2011, da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ela afirmou ter optado por apresentar um relatório técnico, e não político, “para dar certeza de que estava fazendo algo responsável, e que era possível o governo viver sem os R\$ 40 bilhões da CPMF”. O relatório foi rejeitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na noite de terça-feira.

Mas, observou, isso já é passado, e só se deve olhar, segundo disse, quando se quiser corrigir erros no futuro. Kátia Abreu comparou a carga tributária brasileira – em tor-

no de 36% – com a dos países vizinhos, cuja média está entre 24% e 25%, e com a dos que competem diretamente com o Brasil no mercado internacional, como Rússia, China e Índia, cuja média está entre 26% e 27%.

– Estamos com 10% a mais, é muito dinheiro tirado do povo, a sociedade não suporta mais – destacou.

A senadora criticou o governo por gastar mais do que arrecada. Informou que, enquanto o produto interno bruto (PIB) – soma de todas as riquezas produzidas no país – cresceu 20% nos últimos seis anos, os gastos públicos subiram 62%. Ela condenou ainda o número de cargos de confiança e também de ministérios e empresas estatais.

Kátia Abreu agradeceu o apoio que recebeu de senadores de todos os partidos na votação de seu relatório. Citou nominalmente o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), que, de acordo com a senadora, conduziu o processo de votação

“com toda a competência, rigor, dignidade e altivez que lhe são peculiares”; o presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia; o líder da agremiação no Senado, José Agripino (RN); e o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). Também dirigiu um agradecimento à imprensa, por informar com exatidão e precisão.

A parlamentar ainda agradeceu o comentário de Lúcia Vânia (PSDB-GO), feito durante a votação de seu relatório na Comissão de Justiça. Para a representante de Goiás, a atuação de Kátia Abreu na questão da CPMF mostrou que o trabalho da mulher na política brasileira

pode ir muito além dos temas que normalmente lhe são propostos, ligados à saúde, à educação e à atuação social.

– São questões importantíssimas, pontos cruciais na

sociedade brasileira, mas somos capazes, muito mais que isso, de discutir reforma tributária, segurança pública e outros problemas – afirmou Kátia Abreu.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) explicou que só não votou a favor do relatório da senadora, que disse ser “muito bem embasado tecnicamente”, por ter sido retirado da comissão na hora da decisão, mas anunciou que apoiará o trabalho de Kátia Abreu em Plenário.

Na presidência da sessão, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) cumprimentou a parlamentar “pela dignidade com que conduziu seu relatório”. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) acha que outras pessoas precisavam ser ouvidas, para “um debate mais esclarecedor”.

Sibá Machado (PT-AC), por sua vez, elogiou a dedicação de Kátia Abreu na elaboração de seu relatório, enquanto Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também parabenizou a senadora.

CPMF é maléfica, afirma Mário Couto

O Brasil está consciente de que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira é um imposto maléfico e a população brasileira já se manifestou contra a prorrogação do tributo, observou na quarta-feira o senador Mário Couto (PSDB-PA). O parlamentar elogiou o relatório elaborado pela senadora Kátia Abreu e rejeitado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– A senadora Kátia, brilhantemente, mostrou que quem ganha dois salários mínimos paga 2% de imposto. Quem ganha acima

disso, paga 1,2%. Então, o mais pobre é o mais taxado, ao contrário do que dizem os senadores e senadoras do Partido dos Trabalhadores – ressaltou.

Para Mário Couto, a sociedade sabe que aqueles que votam a favor da prorrogação da contribuição estão recebendo favores do governo, que, conforme advertiu, deveria buscar a redução dos gastos públicos em vez de comprar apoio à manutenção do chamado imposto do cheque.

– O governo Lula é o que mais gasta com corrupção e quer renovar a cobrança da contribuição para gastar mais, à custa do bolso

do povo brasileiro.

Ao comentar as dificuldades enfrentadas pela população que depende de atendimento em hospitais públicos, o parlamentar rejeitou os argumentos da base de apoio ao governo de que os recursos da contribuição provisória são essenciais para o financiamento dos gastos com saúde. Ele apelou a todos os senadores para que derrubem em Plenário a proposta de prorrogação do imposto.

Em apertado, Mário Couto recebeu o apoio dos senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Valadares destaca importância da redução de gastos públicos

Ao comentar a aprovação da proposta de prorrogação da CPMF pela Comissão de Constituição e Justiça, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou acordo firmado pelo governo, que se comprometeu a fazer mudanças na forma de cobrança dessa contribuição. Anunciou que também votará em Plenário a favor da prorrogação do imposto, mas defendeu sua extinção gradual.

O senador relacionou pontos que considera favoráveis entre as modificações acertadas: contenção de gastos do governo, principalmente com pessoal; aplicação de um redutor de 0,02 ponto percentual ao ano na CPMF, o que garantirá alíquota de 0,3% em 2011 e extinção gradativa do imposto; isenção assegurada aos brasileiros que ganhem menos de R\$ 2.894, o que beneficiará 35 milhões de contribuintes. Valadares acredita que o fim abrupto do imposto, conforme havia sido proposto no relatório de Kátia Abreu, poderia “redundar numa crise ainda maior para setores como a saúde e para programas como o Bolsa Família”. Na sua opinião, o Senado demonstrou, com a aprovação da matéria, que vota de acordo com o “interesse maior da nação”. Ele elogiou a atuação de parte da oposição, que votou, em sua opinião, de acordo com os interesses nacionais. O senador defendeu a realização da reforma tributária, “para não precisarmos da CPMF”.



Valadares elogia isenção para salários menores

Dornelles: brasileiro deve saber o que paga de tributo

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) criticou na quarta-feira, em Plenário, a alta carga tributária no país e ressaltou a importância de cada consumidor saber quanto está pagando de imposto no ato da compra.

– Assim, ele poderá exercer plenamente sua cidadania.

Segundo Dornelles, o brasileiro, ao acordar e acender a luz, já está pagando de imposto, sem saber, cerca de 40% de sua conta de energia.

– No café-da-manhã, os impostos equivalem a 36% do preço do café, 40% do açúcar e 35% do biscoito. Mesmo com os incentivos para a cesta básica, os impostos ainda comem 18% do preço da carne e do feijão e 35% do macarrão – disse. Ele acrescentou que, na compra de uma TV, 38% do preço vão para o fisco.

O senador reafirmou a importância de se discutirem a reforma tributária e as propostas que estão sendo apresentadas, salientando que na discussão da reforma é fundamental informar o consumidor de uma mercadoria ou serviço quanto ele está pagando de imposto no ato da compra.

Dornelles elogiou dois compromissos assumidos pelo governo para aprovar a prorrogação da CPMF no Senado. O primeiro determina que seja isento quem receber até R\$ 2.894 mensais. O outro compromisso destacado pelo parlamentar é o de reduzir anualmente a alíquota da CPMF em 0,02 ponto percentual, até 2011.



Dornelles: já se paga imposto ao acordar

Viana diz que fez previsão realista

O presidente interino do Senado, Tião Viana, definiu como realista sua previsão de que seria apertada a vitória do governo na votação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da proposta



Tião Viana, definiu como realista sua previsão de que seria apertada a vitória

que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Por apenas três votos de vantagem, o governo derrubou o parecer da senadora Kátia Abreu, contrário à CPMF, e aprovou o texto favorável do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que agora vai à deliberação do Plenário.

– Eu não chamaria minha previsão de pessimismo, mas de realismo e prudência. Porque não se pode aqui iludir o governo. Meu papel não é o de arbitrar a favor ou contra a CPMF, mas o de não negar a realidade. Eu entendo que é uma matéria muito difícil para o governo, muito difícil para a oposição, e o esforço das partes terá que ser intenso para ver

quem será a parte vitoriosa agora – analisou.

Tião Viana explicou que, por se tratar de proposta de emenda à Constituição, o texto aprovado na Comissão de Justiça será agora publicado e, em seguida, começará a ser contado o prazo de cinco dias para a matéria ir a discussão em Plenário. Caso receba emendas, que precisarão ter 27 assinaturas de senadores, voltará à CCJ, onde terá novamente um prazo de 30 dias para ser discutido, votado e devolvido ao Plenário.

Mas Tião Viana observou que, como venceu na CCJ a proposta do governo, Jucá seguramente antecipará seu parecer na hipótese de serem apresentadas essas emendas,

ORÇAMENTO

Comissões aprovam emendas para 2008

As comissões temáticas do Senado reuniram-se na semana passada para definir as emendas que apresentarão ao projeto de Orçamento para 2008. As sugestões serão enviadas ao relator da matéria na Comissão de Orçamento (CMO), deputado José Pimentel (PT-CE), que poderá acrescentá-las ao parecer final. Se

aprovada, a matéria será submetida ao Congresso.

O prazo para a apresentação de emendas individuais e coletivas (bancadas estaduais e comissões) terminou na quarta-feira. Agora as emendas serão sistematizadas pelos dez relatores setoriais, que consolidarão as propostas em documentos relativos aos gastos por área do setor público

– incluindo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

As emendas coletivas são atendidas conforme a disponibilidade de recursos transferidos para o relator de cada área. No caso das individuais, cada deputado e senador terá direito a indicar despesas no valor total de R\$ 8 milhões, distribuídos em até 25 emendas.



Ao lado de Flexa Ribeiro (E), Wellington Salgado (ao fundo) e Demostenes Torres (D), o presidente da Comissão de Orçamento, José Maranhão, participa de reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em que foram definidas seis emendas no valor total de R\$ 303,8 milhões para a lei orçamentária de 2008

ASSUNTOS ECONÔMICOS



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) está defendendo um reforço de R\$ 115 milhões, em 2008, para despesas com ações destinadas ao fortalecimento de cadeias produtivas, executadas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. A pasta do Desenvolvimento está sendo atendida ainda com duas outras emendas, uma delas de R\$ 50 milhões, para gastos com projetos de feiras e eventos destinados à promoção e comercialização da produção animal. A terceira emenda para o ministério prevê a aplicação de R\$ 40 milhões, a serem utilizados na capacitação para micro, pequenas e médias empresas. A última emenda está sendo orientada para gastos na esfera do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atendido com R\$ 40 milhões para reforços de ações de capacitação de servidores públicos.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA



A CCT aprovou quatro emendas destinando R\$ 53 milhões à construção do protótipo de reator nuclear; R\$ 200 milhões à elaboração de projetos de inclusão digital; R\$ 100 milhões ao programa de modernização da infra-estrutura para o estudo da biodiversidade na Amazônia; e R\$ 100 milhões para a pesquisa, desenvolvimento e inovação em biocombustíveis. Duas outras emendas propõem R\$ 200 milhões para a implantação de telecentros e R\$ 10 milhões para o programa de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do Comando do Exército.

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou seis emendas, num total de R\$ 303,8 milhões. A Justiça Federal de 1º grau pode ser contemplada com R\$ 80 milhões; o Ministério Público do Trabalho com R\$ 50 milhões e a Defensoria Pública da União com o mesmo valor. A CCJ também sugere a destinação de R\$ 40 milhões ao Fundo Nacional de Polícia. O Ministério da Justiça foi contemplado com emendas no valor total de R\$ 83,8 milhões.

EDUCAÇÃO



A Comissão de Educação (CE), de um valor total de R\$ 2 bilhões, destinou R\$ 800 milhões ao desenvolvimento da educação básica; R\$ 500 milhões à implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do esporte educacional; R\$ 400 milhões à capacitação de artistas, técnicos e produtores de arte e cultura; e R\$ 300 milhões para fomentar o desenvolvimento da educação profissional.

RELAÇÕES EXTERIORES



A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou também três emendas, destinando R\$ 1,5 bilhão ao Ministério da Defesa, para apoio à modernização das Forças Armadas; R\$ 397 milhões ao Comando da Aeronáutica, para manutenção e suprimento de material aeronáutico; e R\$ 50 milhões ao Ministério das Relações Exteriores, destinados a contribuições a organismos internacionais.

MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE



Os senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) propuseram recursos da ordem de R\$ 655 milhões, distribuídos em quatro emendas. O Ministério do Meio Ambiente deverá ser contemplado com a maior parte dos recursos propostos – R\$ 370,7 milhões, que serão destinados às áreas de educação ambiental (R\$ 50 milhões) e à gestão de programas de resíduos sólidos (R\$ 320,7 milhões). A Agência Nacional de Águas (ANA) deverá receber R\$ 100 milhões para o programa Pro-água Gestão e o Tribunal de Contas da União (TCU) pode ser beneficiado com o montante de R\$ 184,4 milhões.

DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



Os senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) apresentaram três emendas, totalizando R\$ 900 milhões, distribuídos em valores iguais de R\$ 300 milhões destinados às secretarias especiais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, visando apoiar iniciativas para a promoção da igualdade racial; dos Direitos Humanos, para o apoio à implantação de conselhos de direitos das pessoas com deficiência nos estados e nos municípios; e de Políticas para as Mulheres, para dar apoio a iniciativas de referência nos eixos temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

INFRA-ESTRUTURA



A CI apresentou emenda destinando R\$ 900 milhões para a construção da ferrovia Norte-Sul, que ligará as cidades de Anápolis (GO) e Belém (PA). Além disso, propõe aplicar R\$ 400 milhões na participação da União na implantação do Programa de Desenvolvimento de Turismo (Prodetur); R\$ 300 milhões para projetos de infraestrutura turística; e R\$ 150 milhões à dragagem do porto de Cabedelo (PB).

AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA



A CRA apresentou quatro emendas, num total de R\$ 650 milhões. Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário foram destinados R\$ 400 milhões para fomento à assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares; à Embrapa, R\$ 150 milhões para pesquisa visando à competitividade e sustentabilidade de agroenergia; e à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, R\$ 100 milhões para desenvolvimento sustentável da pesca.

ASSUNTOS SOCIAIS



A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou cinco emendas, que totalizam R\$ 770 milhões, dos quais R\$ 250 milhões são destinados à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação; R\$ 100 milhões ao programa Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Outra emenda destina R\$ 100 milhões para programas de erradicação do trabalho infantil. O Fundo Nacional de Assistência Social pode receber R\$ 250 milhões e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, R\$ 70 milhões.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO



A participação da União no Prodetur recebeu emenda de R\$ 400 milhões da CDR. Entre as demais emendas, R\$ 300 milhões destinados à infra-estrutura turística; R\$ 400 milhões à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano; R\$ 500 milhões a obras preventivas de desastres; R\$ 2,5 milhões à estruturação de arranjos produtivos locais; e R\$ 2,5 milhões à implantação de infra-estrutura na faixa de fronteira da região Norte.



Neuto de Conto (E) e Jonas Pinheiro, na CRA: R\$ 400 milhões para assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar

COMISSÕES



Demostenes (C) é favorável à diminuição da prescrição, de dez para cinco anos, para ações de clientes contra seus advogados

Prazo de prescrição de ação contra advogados pode cair

Pode cair de dez para cinco anos o prazo para um cliente propor ação de prestação de contas contra seu advogado, em decorrência de quantias por ele recebidas. Com parecer favorável do senador Demostenes Torres (DEM-GO), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou o projeto de lei oriundo da Câmara, que agora segue para o Plenário.

O projeto (PLC 28/03) estabelece que, da mesma forma que acontece com os honorários – cuja contestação, pelos clientes, pode ocorrer em um prazo máximo de cinco anos –, a pres-

crição de contas das quantias recebidas pelos advogados só poderá ser questionada em até cinco anos. Para Demostenes, a reivindicação dos advogados é “simples e justa”: a exigência de prestação de contas e a cobrança de honorários devem ter prazo de prescrição idênticos.

Um pedido de vista adiou a votação do parecer favorável do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) à proposta de emenda à Constituição (PEC 20/07) que permite aos estados produtores de energia e de petróleo cobrar ICMS pelas vendas a outros estados.

Cartórios obrigados a divulgar gratuidade a pessoas carentes

Os cartórios poderão ser obrigados a colocar em local de grande visibilidade quadros contendo informações claras e de fácil leitura sobre a gratuidade do registro civil de nascimento, da primeira certidão e do assento de óbito, para pessoas reconhecidamente pobres, conforme determina a lei. Da mesma forma, deverão estar em local de fácil leitura as tabelas atualizadas das custas e emolumentos. A pena para o notário que descumprir a legislação pode chegar à perda do cargo.

Passo decisivo para que isso ocorra foi dado na quarta-feira

pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao aprovar parecer do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a projeto (PLC 90/06) da deputada Sandra Rosado (PSB-RN).

Criada APA da Serra de Meruoca

A CCJ aprovou a proposta de criar a área de proteção ambiental (APA) da Serra de Meruoca (CE), apresentada pelo então deputado e hoje senador Inácio Arruda (PCdoB). Para ele, a APA vai garantir a conservação dos remanescentes florestais da região e proteger os recursos hídricos.

CRE acata indicação de novo embaixador brasileiro na Índia

A Índia tem assumido crescente importância no cenário internacional, ressaltou Marco Antônio Diniz Brandão à Comissão de Relações Exteriores (CRE). Sua indicação para o cargo de embaixador naquele país, que teve como relator o próprio presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), foi aprovada na terça-feira.

Já no presente, mas ainda mais no futuro, a Índia terá um papel relevante nas relações internacionais – disse Brandão, que desde novembro de 2005 ocupou a chefia da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

CI aprova recondução de Haroldo Lima à direção da ANP

Por 20 votos a favor e 2 contrários, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a recondução do ex-deputado Haroldo Lima para a direção da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ele é diretor-geral da agência desde 19 de outubro de 2005 e seu mandato vai até 11 de dezembro. A recondução será votada em Plenário.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) destacou em seu relatório que o currículo de Haroldo Lima é compatível com o cargo. O presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), indagou sobre o aproveitamento de gás natural nos poços de alto mar: as informações de que dispunha indicavam um prejuízo de US\$ 324 milhões com o gás natural.

Três novos diretores sabatinados para o BC

Três integrantes de carreira do Banco Central indicados pelo presidente da República para ocupar diretorias da instituição tiveram seus nomes aprovados por unanimidade após sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Agora seguem para exame final em Plenário. Os indicados são Maria Celina Berardinelli Arraes, para a Diretoria de Assuntos Internacionais; Alvir Alberto Hoffmann, para a Diretoria de Fiscalização; e Anthero de Moraes Meirelles, para a Diretoria de Administração.

Na sabatina, Alvir Alberto Hoffmann afirmou que, por concentrarem 28% dos ativos do sistema financeiro nacional, os bancos estatais podem contribuir com soluções para ampliar o grau de competitividade do setor. Hoffmann, que deve substituir Paulo Sérgio Cavalheiro na área de fiscalização, respondia a indagação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre o grau de competitividade no setor.

– Uma melhoria passa pelos bancos públicos, que têm condições de puxar a competitividade do sistema – avaliou.

Maria Celina – que deve ocupar o lugar de Paulo Vieira da Cunha – discordou da ideia de que parte das reservas internacionais seja utilizada na formação de um fundo soberano, para aplicação em investimentos de maior risco, porém de maior retorno, dentro e fora do país. Para ela, as reservas – hoje em torno de US\$ 173 bilhões – funcionam como um “colchão” de segurança contra crises internacionais e devem ficar em aplicações de alta liquidez (elevada disponibilidade).

Maria Celina também manifestou posição contrária a mecanismos destinados ao controle da entrada de capitais no país para



Senadores na CAE ouvem os indicados para o Banco Central e aprovam por unanimidade seus nomes. Exame final é no Plenário



Da esquerda para a direita, Anthero Meirelles, Maria Celina Arraes, Aloizio Mercadante, presidente da CAE, e Alvir Hoffmann

evitar a deterioração do câmbio, que motiva preocupação por conta da perda de competitividade das exportações brasileiras. Ela defendeu, ao contrário, medidas para reduzir o custo das vendas ao exterior, inclusive para simplificar aspectos de natureza burocrática que oneram as transações.

– A experiência internacional nos mostra que medidas de controle [dos fluxos de capitais] têm eficácia limitada – observou.

A Aloizio Mercadante (PT-SP), Anthero Meirelles comprometeu-se a levar ao presidente do BC, Henrique Meirelles, apelo do senador para que receba os

servidores do banco, em campanha para revisão dos salários da carreira. O Sinal, sindicato dos funcionários do BC, reivindica equiparação com servidores de carreiras equivalentes, como os que integram os quadros da Comissão de Valores Mobiliários.

Mercadante destacou o ineditismo do exame de três indicações de integrantes do próprio BC para compor a diretoria do banco. Saliou, ainda, que a aprovação dos nomes elevará para cinco o número de representantes dos próprios quadros de carreira na diretoria do órgão, composta por sete membros.

Mercadante questiona isenção de imposto

O senador Aloizio Mercadante, presidente da CAE, sugeriu que o país volte a examinar a conveniência de tributar investimentos estrangeiros em renda fixa. A proposta foi feita depois que o senador chamou a atenção, aos três indicados para compor a diretoria do Banco Central, para o efeito danoso dos fluxos de recursos sobre o câmbio, com desvalorização que impacta negativamente a competitividade das exportações brasileiras.

Apesar de o país ainda registrar superávits comerciais, disse Mercadante, o balanço das transações correntes (exportações menos importações) está caindo. Além de defender medidas para desburocratizar o comércio exterior, ele questionou a necessidade de retomada de “instrumentos fiscais” sobre os investimentos externos.

– O país tem hoje 21 bilhões de dólares [em dinheiro estrangeiro]

em renda fixa. Eu me pergunto: por que retirar o Imposto de Renda dessas transações?

Os investimentos estrangeiros nas bolsas e em fundos compostos por pelo menos 98% de títulos federais ficaram isentos do Imposto de Renda a partir de medida provisória editada no início de 2006 (MP 28). As operações também ficaram livres da cobrança da CPMF.

Para o senador, as desonerações, ao tornarem os investimentos no país mais atrativos, valorizam o real e deterioram as exportações.

Mercadante considerou correta a política do BC de reforço das reservas, avaliando que o mercado internacional ainda está sujeito a crises e que o país precisa manter um “colchão” de divisas para enfrentar um eventual quadro

externo adverso. Mas questionou o baixo rendimento da aplicação das reservas.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) já havia perguntado aos diretores do Banco Central sobre a política de acúmulo de reservas, observando que, por meio de aquisições ao mercado, o BC elevou as reservas de US\$ 100 bilhões para US\$ 173 bilhões.

Superávits comerciais não evitam queda das transações correntes

Para o senador, as desvalorizações cambiais, Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou o prejuízo às exportações. Como Flexa Ribeiro, Cícero Lucena (PSDB-PB) indagou aos indicados sobre medidas para controle de excessos cometidos pelos bancos na cobrança de tarifas de serviços. As receitas de tarifas já representam 130% sobre a folha de salários, lembraram.

DIREITOS SOCIAIS Pesquisa realizada pelo DataSenado revela que 80% dos entrevistados são favoráveis a projeto

Apoio à licença-maternidade maior

“Quando uma nação é capaz de assegurar abrigo digno a uma criança, ela está à altura do seu tempo e dos seus desafios.” Com essas palavras, o presidente interino do Senado, Tião Viana, divulgou na terça-feira que 80% dos entrevistados de uma sondagem de opinião pública feita pelo DataSenado apóiam o projeto aprovado pela Casa que amplia de quatro para seis meses a licença-maternidade.

Tião Viana informou que 76% dos ouvidos pelo DataSenado entendem que o bebê será o principal beneficiado com esse projeto, que ainda precisa da aprovação da Câmara para ser sancionado. Apenas 14% consideraram que a mãe é que será a principal beneficiária.

O senador fez o anúncio ao lado do presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dioclécio Campos Júnior, que inspirou o projeto, de Patrícia Saboya (PDT-CE), que o apresentou, e do senador Paulo Paim (PT-RS), relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Viana foi indagado pelos jornalistas sobre o fato de a Câmara ter uma iniciativa semelhante e buscar priorizá-la.

– Quando se vê um projeto construído como este, não é cabível que a Câmara, por vaidade, queira protelar a matéria. Tenho certeza de que o bom senso e a sensibilidade do presidente Arlin-

do Chinaglia estarão à altura de fazer com que a Câmara tenha a humildade de aprovar a matéria.

Questionado sobre que argumentos levará para que Chinaglia coloque o projeto do Senado em votação, Tião Viana disse que o texto produzido pelos senadores foi aquilo que a sociedade estava preparada para elaborar, é um projeto que envolveu os setores público e privado, sociedades de pediatria e todos os organismos interessados.

Para Patrícia Saboya, a pesquisa revela o amadurecimento da sociedade brasileira para compreender que o maior patrimônio do país são as crianças.

– Serve para compreender também que um país só pode ser justo quando formos capazes de cuidar de quem mais precisa.

Paulo Paim expressou sua alegria com os resultados da pesquisa.

– O grande mérito desse projeto é que ele não engessa nada, ele apenas diz que o empresário que quiser poderá ampliar de quatro para seis meses a licença-maternidade. E que a mãe dirá se quer ou não entrar no programa.

Idealizador do projeto, o médico Dioclécio Campos Júnior se disse fortemente emocionado. Ele testemunhou que, nesses dois anos, houve uma mobilização inédita no país em torno da matéria, sempre bem acolhida pelos meios de comunicação.



Paulo Paim (E), Dioclécio Campos Júnior, Tião Viana e Patrícia Saboya durante cerimônia de divulgação da pesquisa

Em relação ao projeto que aumenta o prazo da licença-maternidade para seis meses você:

	%
Concorda	80
Discorda	13
É indiferente	6
NS/NR	1
Total	100

Em sua opinião, quem mais ganha com o aumento da licença-maternidade para seis meses?

	%
O bebê	76
A mulher	14
O governo	6
As empresas	3
NS/NR	2
Total	100

Você acha que a lei também deveria aumentar a duração da licença-paternidade?

	%
Sim	46
Não	53
NS/NR	1
Total	100

Sondagem ouviu brasileiros que residem nas capitais

A ampliação do período de licença-maternidade dos atuais quatro para seis meses recebeu o apoio de 80% dos entrevistados no mês de outubro pelo DataSenado, da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado (Sepop). Feita com 805 brasileiros residentes em capitais e que têm telefone fixo, a sondagem apontou que somente 13% discordam da iniciativa parlamentar.

A pesquisa do DataSenado revelou também que 53% dos entrevistados consideram que o período de licença-paternidade, fixado atualmente em cinco dias, não deve aumentar.

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) apresentou um abaixo-assinado com mais de 500 mil assinaturas a favor da proposta (PLS 281/05). A ampliação do benefício prevista no projeto de lei aprovado pelo Senado é facultativa, mas a instituição que aderir ao Programa Empresa Cidadã vai poder descontar no cálculo do Imposto de Renda o valor integral da remuneração que a mãe receberá nos 60 dias de prorrogação da licença.

Apresentada pela senadora Patrícia Saboya, a proposição foi acolhida em decisão terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

JORNAL DO SENADO Periódico atrai pelas informações sobre o processo legislativo e prestação de serviço

Leitores querem conhecer projetos de lei e votações

Obter informações sobre os projetos de lei e acompanhar o resultado das votações são os principais interesses dos leitores do **Jornal do Senado**, conforme pesquisa realizada este ano pelo DataSenado, da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado (Sepop).

Das 9.782 pessoas que responderam aos questionários, cerca de 6,4 mil (38%) buscam informações sobre os projetos de leis especiais, classificadas por 98% dos leitores como relevantes.

Para a maioria dos leitores (59%), as informações prestadas pelo periódico aprimoram os conhecimentos pessoais a respeito do processo legislativo. As colunas *Agora é Lei* e *Especial Cidadania* foram consideradas as mais interessantes por 34% e 31%, respectivamente. Boa avaliação também obtiveram as reportagens

especiais, classificadas por 98% dos leitores como relevantes.

As análises sobre as informações e a aparência do **Jornal do Senado** concentraram a maior parte das respostas entre “bom” e “ótimo”. Segundo o diretor do periódico, Davi Emerich, “uma das preocupações é acompanhar de forma permanente como a informação está chegando ao seu destino, ou seja, ao leitor”.

– A pesquisa é um instrumento necessário para alcançarmos esse objetivo. Com os resultados que medem satisfação e qualidade e conseguem aquilatar críticas, sempre é possível melhorar o serviço prestado.

De acordo com 60% dos pesquisados, o **Jornal do Senado** é lido diariamente por mais de três pessoas, o que infere um número de leitores de, no mínimo, 247% superior ao da tiragem, alcançando um público total de mais de 138 mil pessoas.

O nível de confiança da pesquisa é de 97% e a margem de erro de apenas 1%.

JORNAL DO SENADO

Colunas classificadas como mais interessantes

Colunas	%
Agora é Lei	34
Especial Cidadania	31
Pergunte ao Senador	15
Voz do Leitor	12
Frases da Semana	4
Programação da Rádio e TV Senado	3
Foto da Semana	2

Principais objetivos para a leitura do jornal

Objetivos	%
Obter informações sobre o andamento dos projetos de lei	38
Acompanhar o resultado das votações do Plenário e das comissões	21
Conhecer os serviços e campanhas do Senado Federal	18
Acompanhar o debate que ocorre nas comissões e audiências públicas	14
Conhecer o discurso dos senadores	9
Não sei	0

Faixa etária

	%
Até 19 anos	3
20 a 29 anos	21
30 a 39 anos	25
40 a 49 anos	21
50 a 59 anos	15
60 anos ou mais	15
Total	100

Escolaridade

	%
Ensino fundamental	8
Ensino médio	39
Ensino superior	40
Pós-graduação	13
Total	100

Fonte: DataSenado

ENERGIA Novas negociações com a Bolívia poderão minimizar o problema do desabastecimento de gás**Gabrielli:
campo de Tupi
terá auge em
dez a 15 anos**

A produção de hidrocarbonetos no megacampo de Tupi, na bacia de Santos, atingirá o pico em dez a 15 anos, segundo o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. O auge da produção “será muito provavelmente” superior a 200 mil barris de petróleo equivalente (BOE) por dia, disse Gabrielli em entrevista à imprensa. Ele ressaltou, porém, que ainda é muito cedo para estimativas mais precisas.

Na semana passada, a Petrobras informou que o volume recuperável de reservas de petróleo e gás no campo ultraprofundo na bacia de Santos é de 5 a 8 bilhões de BOE. Isso faz do Tupi uma das maiores descobertas de petróleo em país que não faz parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) – em tamanho, as reservas são comparáveis às do campo Kasaghan, no Casaquistão.

Gabrielli observou que há sinais de que Tupi produzirá grande quantidade de gás natural, bem como de petróleo relativamente leve, mais barato para refinar do que aquele que a Petrobras extrai de outros campos no fundo do mar.

O presidente da Petrobras também disse que está otimista em relação às negociações com a Bolívia para ampliar os investimentos na produção de gás natural no país. No entanto, a Petrobras não prevê aumento no volume de gás que o Brasil importa da Bolívia antes do encerramento do atual contrato, que vale até 2019, segundo Gabrielli.

O executivo afirmou ainda que não prevê aumento dos preços dos combustíveis no país no curto prazo. A Petrobras, que obtém a maior parte de sua receita no Brasil, mantém os preços domésticos de combustíveis congelados desde 2005. Conforme Gabrielli, o congelamento é consequência da valorização do real em relação ao dólar, que amorteceu o efeito da elevação dos preços do petróleo nos mercados internacionais.



Planta da Petrobras na Bolívia: após deixar o país há um ano, Petrobras deve retomar negociações para ampliar produção de gás

Abastecimento de gás deve se normalizar só após 2010

Apesar do otimismo com a descoberta de reservas gigantescas de petróleo e gás, o país não conseguirá resolver no curto prazo a crise de abastecimento de gás natural. O Brasil não é prioridade número um da Bolívia, seu principal fornecedor, e o aquecimento do mercado de gás natural liquefeito (GNL), que deve perdurar pelos próximos anos, promete dificultar as compras do produto.

Nesse cenário, os especialistas alertam para a possível repetição de solavancos como o da semana

retrasada, quando a Petrobras reduziu as entregas de gás às distribuidoras do Rio e de São Paulo.

A tendência é que a situação se normalize só na virada da década, com a entrada em operação de campos de gás como Mexilhão, na bacia de Santos, e os complexos Peròá-Cangoá e Golfinho, no Espírito Santo, que dependem da conclusão de gasodutos para abastecer o mercado.

Mexilhão, que despontou em 2004 com reservas estimadas em 420 bilhões de metros cúbicos de gás, caiu para 280 bilhões. Mas,

embora continue uma promessa gigante, deverá produzir somente em 2009.

O bloco de Tupi, cujas reservas podem chegar a 8 bilhões de barris de óleo equivalente (somado ao gás), deverá produzir em 2013, sem impacto, portanto, na oferta no curto prazo. Além disso, trata-se de um grande reservatório de petróleo com pouco gás, que, na opinião de especialistas, deve ser usado para abastecer as plataformas e ampliar a pressão dos reservatórios.

O consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Es-

trutura, alertou, em reportagem de *O Estado de S. Paulo*, para o risco de repetição da crise de abastecimento de gás já em abril de 2008, caso as chuvas de verão não sejam suficientes para elevar substancialmente o nível dos reservatórios das hidrelétricas. Se não chover bem, o preço da energia sobe e as térmicas voltam a ser acionadas.

A crise no setor e as relações da Petrobras com a Bolívia serão tema de debate a ser realizado pela Comissão de Infra-Estrutura (CI) com o presidente da empresa, José Sérgio Gabrielli.

Não há consenso para política nacional do setor

Existem divergências entre os setores envolvidos nas atividades de exploração e produção acerca da melhor política nacional para petróleo e gás natural, conforme revelou o relatório divulgado recentemente pela subcomissão temporária destinada a discutir os marcos regulatórios para diversos setores da infra-estrutura do país, que funcionou no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A Petrobras e os sindicatos ligados aos petroleiros advogam a garantia do monopólio da Petrobras, em razão da escassez de hidrocarbonetos nas bacias sedimentares do Brasil, diz o texto elaborado pelo relator,

senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Essa visão não é compartilhada pelo Ministério de Minas e Energia, nem por técnicos de renome no setor de petróleo e gás. “A discussão da matéria é relevante porque, em razão do seu resultado, pode-se modificar a atual política energética ou aprofundá-la. E tal decisão se faz neste Congresso Nacional”, concluiu Garibaldi.

De um lado, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) argumenta que o Brasil – hoje com reservas provadas de cerca de 13 bilhões de barris –



Garibaldi Alves: discussões podem modificar a atual proposta energética

não teria mais do que 12 bilhões de barris adicionais a agregar às suas reservas. Tal limitação implicaria uma política de uso exclusivo para consumo nacional, sem a hipótese de exportação do óleo, como a anglo-holandesa

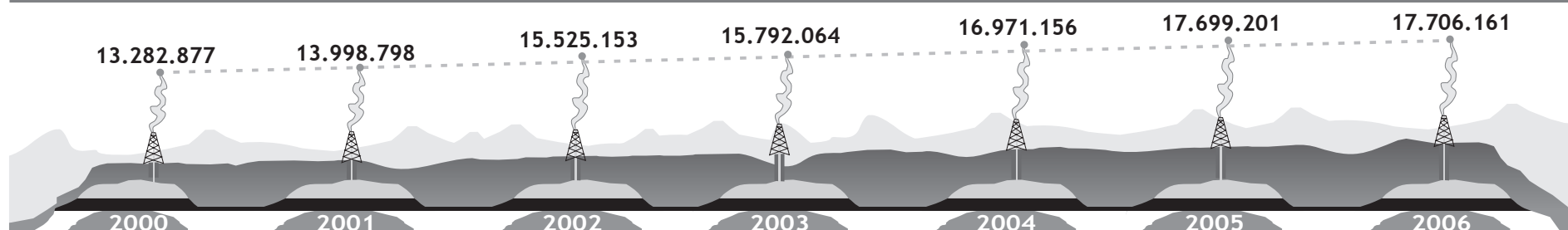
Shell vem fazendo.

Por outro lado, o ministério informou ao colegiado que a exportação de petróleo e derivados está disciplinada em decreto, que impõe limites à Agência Nacional do Petróleo (ANP): a agência só pode autorizar a exportação de petróleo e derivados se o abastecimento do mercado brasileiro estiver garantido. Mas as características do óleo nacional – pesado – impõem que a Petrobras exporte o excedente que suas refinarias não conseguem refinar e importe óleo leve para misturar ao óleo nacional. O excesso de óleo combustível, não consumido no mercado interno, também é exportado a preço internacional.

Pressão estável

A produção nacional de gás natural aumentou pouco nos últimos sete anos (em milhares de metros cúbicos)

Fonte: ANP



SINDICALISMO

JANE ARAÚJO



Tião Viana, ao centro com Paulo Paim, recebe sindicalistas que pedem aprovação rápida do PLC 88/07

Centrais querem regulamentação já

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebeu na semana passada os presidentes de várias centrais sindicais interessados em que o Senado marque para o próximo dia 27 ou 28 a votação do projeto que regulamenta as centrais sindicais (PLC 88/07).

Eles são contrários ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, que derrubou a obrigatoriedade de pagamento do imposto sindical. A medida pode significar R\$ 500 milhões de perdas para as centrais.

O fim da obrigatoriedade foi proposto pelo deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), que também visitou Tião Viana. Carvalho fez um apelo para que o projeto seja amplamente discutido nas comissões do Senado. Ele teme que sua emenda seja vetada pelo presidente da República.

Na semana passada, a matéria teve sua votação adiada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para esta quarta-feira. O projeto também encontra-se em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), afirmou que a idéia

é aprovar um imposto, denominado Contribuição Negocial, para substituir os três atuais: Imposto Sindical, Contribuição Assistencial e Contribuição Confederativa.

Tião Viana defendeu o retorno à Câmara do PLC 88/07, já que a votação da matéria naquela Casa teria ocorrido em condições inadequadas. No dia 14 de outubro, o Brasil jogava contra a Colômbia no momento em que o projeto era votado. Conforme o senador, “metade dos deputados que participaram da votação estavam prestando atenção no jogo”.

– É claro que o retorno é uma decisão dos senadores, mas a matéria deve voltar à Câmara, porque, em razão de sua importância, tem de ser decidida de forma mais madura e séria.

Sobre a possibilidade de retirar a urgência para votação da matéria, Tião Viana disse que isso depende do governo e dos senadores.

O projeto das centrais sindicais, do Executivo, mantinha o imposto sindical – ou contribuição sindical anual obrigatória,

na base de um 1% de um salário de cada trabalhador com carteira assinada.

Por sugestão do relator CAS, Paulo Paim (PT-RS), a comissão marcou para esta quarta-feira a votação do projeto. Segundo Paim, a cobertura da imprensa está incorreta, pois a emenda de Augusto Carvalho não extingue a contribuição sindical.

– Ao contrário do que os jornais dizem, o projeto que veio da Câmara e suas emendas não extinguem o imposto sindical. A emenda aprovada na Câmara apenas altera o art. 582, que dispõe sobre o desconto em folha, mas deixa

intacto o dispositivo que diz que a contribuição sindical é devida por todos os trabalhadores de determinada categoria.

Paim defende que o pagamento de qualquer contribuição sindical seja decidido em assembléia.

– Em países como Espanha, França e Argentina, entre outros, existe até mais de uma contribuição compulsória, em alguns casos até três, mas sempre aprovadas em assembléia – afirmou.

Relator na CAS, Paim diz que cobertura da imprensa está incorreta

Dornelles pede retirada de texto da pauta da CAE

O projeto de lei que cria normas para o reconhecimento de centrais sindicais (PLC 88/07) foi retirado da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a pedido do próprio relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Ele tomou a decisão depois de encontro com líderes sindicais.

As centrais sindicais são contra dispositivo do projeto que põe fim à obrigatoriedade da cobrança da contribuição sindical, descontada pelos empregadores diretamente do salário do empregado, uma vez ao ano,

com repasse final pelo governo às entidades. As centrais argumentam que a contribuição custeia as atividades dos sindicatos, que poderão ser enfraquecidos com sua extinção.

Após a reunião, Dornelles disse que iria refletir sobre as ponderações dos sindicalistas antes de fechar seu relatório. Adiantou que divulgará o documento com seu voto sobre o projeto nesta semana. Participaram da reunião o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Arthur Henrique, e o deputado Paulo

Senador deve divulgar nesta semana parecer sobre projeto de centrais

CPI

Inácio Arruda sugere marco legal para ONGs

A criação de um marco legal para as entidades do terceiro setor é uma “questão central” para a CPI das ONGs, de acordo com o relator da comissão, Inácio Arruda (PCdoB-CE).

– Nossa maior responsabilidade é encerrar esta CPI com um marco legal para a atividade do setor no nosso país. A questão central é descobriremos como podemos aprimorar a legislação – afirmou o senador ao pedir ajuda nessa tarefa aos especialistas presentes em audiência na CPI na terça-feira.

O advogado especialista em Direitos Humanos Alexandre Ciconello sugeriu que as associações do terceiro setor que não recebem recursos públicos tenham a maior liberdade possível. Já no caso das ONGs que recebem dinheiro do governo,

é preciso que haja um marco legal para regulamentar essa relação, disse ele.

Ciconello informou que existem hoje cerca de 170 mil associações e fundações não-governamentais no Brasil, sendo o maior grupo – 26% do total – formado por organizações religiosas. As associações profissionais ou de classe respondem por 16% do total.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) contou que uma CPI das ONGs anterior, presidida por ele, sugeriu uma legislação para o terceiro setor. A proposta foi acolhida no Senado em 2002, mas aguarda exame da Câmara desde 2003, informou, dizendo que há um “forte lobby do terceiro setor” para evitar a aprovação da matéria.

ECONOMIA

Secretário do Tesouro: meta fiscal foi alcançada

O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin Filho, informou à Comissão Mista de Orçamento (CMO) que as metas de política fiscal e de gestão da dívida pública foram atingidas com folga pelo governo. Ele apresentou o relatório de avaliação e cumprimento das metas do segundo quadrimestre de 2007 e disse que o país tem “perspectivas muito positivas” quanto ao cumprimento das metas até o final do ano.

– Em qualquer critério, atingimos as metas com folga. Os fundamentos da economia brasileira estão mantidos – comemorou.

Até agosto de 2007, anunciou o secretário, o governo federal (governo central e estaduais) ultrapassou a meta fiscal prevista, de R\$ 54,2 bilhões, atingindo R\$ 62,1 bilhões. O resultado primário ficou positivo em virtude, principalmente, do superávit primário dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, de R\$ 52,5 bilhões, e do superávit das



Augustin, do Tesouro: “Os fundamentos da economia brasileira estão mantidos”

empresas estatais não-financeiras, de R\$ 9,5 bilhões.

Augustin informou que a dívida pública interna aumentou 3,34% do final de abril até o final de agosto, quando passou para R\$ 1,2 trilhão. Já a dívida externa, no mesmo período, passou de R\$ 134,4 bilhões para R\$ 123,1 bilhões – diminuição de 8,39%. Portanto, a dívida pública total aumentou 2,13% no período, atingindo R\$ 1,3 trilhão.

Presidentes da Caixa e do BB deverão explicar tarifas

Os presidentes do Banco do Brasil, Antonio Francisco Lima Neto, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Coelho, serão convidados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a participar de audiência sobre os preços das tarifas de serviços cobradas pelas duas instituições.

A proposta foi do presidente da CAE, Aloizio Mercadante, motivado por debate durante sabatina com três indicados à diretoria do Banco Central. As tarifas foram também objeto de discussão com o presidente da instituição, Henrique Meirelles.

Na sabatina, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chegou a cogitar a existência de cartel entre os bancos públicos e privados para man-

ter as tarifas altas e, desse modo, ampliar seus lucros. O senador registrou que as receitas com tarifas chegam a representar 130% do valor da folha de salários dos bancos, cobrindo com folga um dos itens mais importantes de seus custos.

No último mês, a CAE ouviu representantes dos bancos privados sobre o valor das tarifas. A audiência contou com a presença de integrantes da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). Os participantes argumentaram que as receitas de tarifas devem ser comparadas com os custos globais – que seriam crescentes, por causa dos pesados investimentos em tecnologia – e não somente com o valor das folhas.

J. FREITAS

COMISSÕES

Aquecimento global mobiliza alemães

O Ministério de Ciência e Tecnologia da Alemanha deverá propor, nesta semana, um programa de cooperação bilateral com o Brasil, o qual deve conter mecanismos de redução de emissões de gases de efeito estufa gerados por queimadas e desmatamentos. O anúncio foi feito pelo cientista político e economista Michael Dutschke, em audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores (CRE) e da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, na última terça-feira.

Autor de um dos capítulos do terceiro relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), Dutschke acredita que a parceria entre os dois países poderá resultar em propostas que terão maior aceitação nos fóruns internacionais que hoje aprovam estratégias para reduzir os impactos do aquecimento global.

– Poderia emergir uma proposta contundente que teria todos os elementos para ser aceita mundialmente, pois não despertaria desconfianças por não pertencer a nenhum grupo de negociação – afirmou ele, referindo-se ao bloco dos países em desenvolvimento e à União Européia.

O especialista lembrou que, no Brasil, o desmatamento é um dos maiores problemas na emissão de gases causadores das mudanças climáticas. As queimadas oriundas da destruição das florestas, observou, significam 75% das emissões brasileiras. De acordo com documento divulgado pelo IPCC, a maior parte do potencial florestal para reduzir o aquecimento global está localizado nos trópicos e mais da metade pode ser resolvida apenas com o combate ao desmatamento ilegal. Dutschke estima em US\$ 10 bilhões os custos anuais para reduzir em 50% o desmatamento em todo o mundo.

– Pode parecer um valor elevado, mas equivale aos custos de apenas um dia de guerra no Iraque – observou ele.

Para o especialista, não seria factível a proposta brasileira de criação de um fundo voluntário dos países industrializados para financiar as ações de reflorestamento e recuperação de áreas desmatadas. Como forma de reunir os recursos necessários, ele sugere a implementação de mecanismos mais simples para operações no mercado internacional de carbono e a criação de um fundo a ser constituído com o pagamento de taxas pelo não-cumprimento de metas de redução de emissões, previstas no Protocolo de Kyoto.



Michael Dutschke (E), ao lado de Eduardo Suplicy, sugeriu cooperação entre Brasil e Alemanha

Senador critica os países desenvolvidos

Durante os debates, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) manifestou preocupação com notícias de que os Estados Unidos teriam voltado a fazer perfurações para exploração de petróleo no Ártico e a queimar carvão em grande quantidade. Crivella ressaltou que o Parlamento brasileiro tem aprovado matérias de proteção às florestas e que o país tem procurado conter o desmatamento, mas esforço semelhante não estaria ocorrendo em outros países.

O deputado federal Sarney Filho (PV-MA) defendeu a proposta

brasileira de que o país receba pagamentos pelos serviços ambientais prestados pela floresta amazônica a todo o planeta. Ele disse que o aumento da participação dos países em desenvolvimento na geração de gases de efeito estufa justificaria que passassem a ter metas de redução de emissões, mas lembrou que a Amazônia tem importância não só pelo carbono estocado, mas por vários aspectos, como a biodiversidade.

Para Michael Dutschke, é inegável a importância da Amazô-

nia para o equilíbrio climático global, o que tornaria ainda mais relevante o esforço para conter as queimadas e os desmatamentos. Apesar de ver impactos já irreversíveis, Dutschke afirma ser possível deter o aquecimento global se medidas urgentes para a redução das emissões forem adotadas de forma ampla. Ele observou que o desafio atual das nações é pela busca de caminhos para que a necessária adaptação às novas condições seja feita com os menores custos sociais e econômicos.

Precatórios: Valdir Raupp promete relatório equilibrado

“O parecer não prejudicará ainda mais os credores”, prometeu o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que relata as sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que regulamentam o pagamento de precatórios pela União, pelos estados e municípios. Raupp reconheceu a dificuldade em agradar a todas as partes e disse que tentará encontrar um equilíbrio em seu relatório. Ele deu essas declarações após a realização, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da terceira audiência pública para instruir as PECs, que tramitam em conjunto.

Participaram dos debates o representante da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) João Guerino; o juiz do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Rondônia Vulmar de Araújo Coelho Júnior; o prefeito de Diadema (SP) e coordenador da Comissão de Precatórios das Prefeituras, José Fillipi Júnior; e o representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) Luiz Henrique Schuch.

Apesar das divergências dos convidados, houve um consenso: todos reconhecem o grande passivo relacionado aos precatórios e a dificuldade da administração pública em pagar as dívidas.

Especialistas debatem a arrecadação de direitos autorais

O especialista em direito autoral Nehemias Gueiros Júnior disse em audiência pública, na Comissão de Educação, que o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) precisa tornar a fiscalização mais transparente aos titulares de direitos autorais. O debate sobre a eficiência do Ecad foi promovido pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vinculada à CE.

Nehemias afirmou que o Ecad tem monopólio da arrecadação de direito autoral. Ele criticou o fato de o Ecad não repassar recursos aos não associados.

A superintendente do Ecad, Glória Braga, disse que, do total arrecadado, 75% são distribuídos aos titulares do direito e 7% às associações, e 18% ficam com o Ecad. A diretora da Associação Brasileira de Direito Autoral, Maria Cecília Prats, afirmou que o Ecad não pratica monopólio, uma vez que é gerido por dez associações, modelo copiado por outros países.

O presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas, Ricardo Leite, observou que a exigência de autorização prévia do Ecad para exibição de filmes dificulta a atividade cinematográfica.

Remédios importados demoram a chegar

A Resolução 86 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que rege a importação de medicamentos sem similar nacional, está sendo reformulada, informou o representante da Anvisa Jorge Taveira, em audiência pública na Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde, presidida pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que pediu o debate, dificuldades na importação de medicamentos como o maliasin, de prescrição neurológica, decorrem do excesso de burocracia.

Taveira, que coordena a área de medicamentos da Anvisa, explicou que o maliasin era fabricado no Brasil desde a década de 80, mas o Laboratório Abbot, em 2004, pediu o cancelamento do registro do produto. Segundo Taveira, o remédio, usado para tratamento da epilepsia, tem

similares fabricados no Brasil. “Alguns usuários resistem à migração terapêutica”, disse, informando que a Anvisa não reconhece “a eficácia e segurança do maliasin, cujo uso nunca foi aprovado pelo FDA [Food and Drug Administration] nos Estados Unidos”.

Segundo Nancy D’Arienzo, da Trade Farma Importadora, há dez anos a empresa importa medicamentos sem similar nacional, sempre com prescrição médica. Pela legislação (Resolução 86, de 2000), a importação é autorizada, mas as empresas não podem estocar nem comercializar remédios, e precisam aguardar de 30 a 40 dias entre a apresentação da guia e o recebimento do produto.

– É preciso adequar a legisla-

ção para nos proporcionar condições de trabalhar com autorização imediata de importação. O Maliasin, assim, em uma semana estaria no mercado – disse.

Murilo Buso, oncologista, afirmou que a Anvisa não orienta sobre o procedimento para importar remédios. “Há importadoras que fazem o serviço rapidamente, mas são contrabandistas”, observou.

Ruy Coutinho, representante dos usuários de medicamentos importados, lamentou que o presidente da Anvisa, Dirceu Raposo, não tenha ido ao debate. Segundo Coutinho, a importação de remédios de uso contínuo sem similar nacional é considerada “eventual e excepcional” pela Anvisa, que não leva em consideração o

número enorme de usuários e sua demanda contínua. “A Anvisa trata o caso burocraticamente, sem transparência.”

Mara Keller Sartori, representante do sistema hospitalar, disse haver muita dificuldade para importar remédios. O trâmite leva de 45 a 60 dias e põe em risco a vida dos pacientes. “A regulamentação das importadoras garantiria boas normas de armazenamento”, declarou.

Médicos e pacientes criticam lentidão e burocracia da Anvisa



Alvaro Dias, em primeiro plano, no debate sobre a importação de medicamentos sem similar nacional, presidido por Papaléo Paes (C)

PLENÁRIO

Para Paim, Brasil precisa de novo pacto federativo

Paulo Paim (PT-RS) aproveitou as comemorações da Proclamação da República no último dia 15 para sugerir que o país precisa de um novo pacto federativo, com responsabilidade social. Ele opinou que esse pacto deveria rever as atribuições de municípios, estados e União.

Paim avalia que vários estados têm dívidas, como o Rio Grande do Sul, devido à má distribuição de recursos. Ele acredita que um pacto fortaleceria todos os entes federados.

– Defendo a descentralização de recursos, mas também de responsabilidades. Os estados e os municípios devem construir agendas sociais focadas na melhoria de vida e bem-estar da população, com o devido corte das diferenças – disse.

EUCLIDES DA CUNHA – Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou a proposta do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE), de celebrar a passagem dos 100 anos da morte do escritor Euclides da Cunha (1866-1909), em 2009. O senador destacou ainda a apresentação, em Quixeramobim (CE) e em Canudos (BA) da peça *Os Sertões*, pelo grupo teatral Uzyna-Uzona, de José Celso Martinez Corrêa. O parlamentar convidou os senadores do Ceará e da Bahia a prestigiar o espetáculo e disse que a organização mobilizou toda a população.

PRESERVAÇÃO – Sibá Machado (PT-AC) comunicou ter recebido carta em que o padre Paolino Baldassari pede ao Congresso para aprovar projetos de lei com a finalidade de preservar a floresta amazônica. Padre Paolino, que está há mais de 50 anos no Acre, denuncia que a floresta é destruída tanto por pequenos produtores – que utilizam técnicas agrícolas rudimentares – como pelos grandes pecuaristas, que destróem a floresta com o emprego de avançadas tecnologias. O religioso afirma ainda que a lei de manejo sustentável de florestas também é uma forma legal de derrubar a floresta.

NOVO REITOR – Ideli Salvatti (PT-SC) saudou na quarta-feira, em Plenário, a eleição do novo reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor Álvaro Prata. Ela salientou a luta da bancada catarinense pela interiorização da universidade federal no estado.

A líder do PT informou que estão sendo constituídos 15 pólos e três *campi* no interior do estado. Disse ainda que a eleição de Álvaro Prata vai continuar a luta pela interiorização do ensino da UFSC.

Mozarildo alerta para riscos nas fronteiras

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) alertou na sexta-feira em Plenário que, enquanto a Venezuela prepara-se para defender suas fronteiras, o Brasil diminui seu orçamento militar. Ele citou o artigo do senador José Sarney (PMDB-AP) intitulado “A questão de Essequibo” e publicado pela *Folha de S. Paulo*.

No artigo, Sarney lembra que o Brasil perdeu parte do seu território para a Guiana Inglesa, em 1899, quando a Venezuela, “que disputava com a Inglaterra a região a oeste do rio Essequibo, não aceitou o domínio inglês e considera até hoje a área como ‘ona em reclamación’”. A Guiana foi colônia inglesa até 1966.

– Não se vai poder dizer que foi o Chávez que inventou [essa



Mozarildo alerta que Brasil deve preparar-se para defender suas fronteiras

situação], porque há muitas décadas, talvez quase um século, a Venezuela não aceita essa área como sendo da Guiana. O governo brasileiro faz o inverso.

Governo da Venezuela preocupa Flexa Ribeiro

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) manifestou preocupação com os rumos do governo do presidente venezuelano Hugo Chávez.

Na opinião do senador, a Venezuela descamba para um processo autoritário, com um detalhe que começa a preocupar todos os países latino-americanos: a maciça compra de equipamentos

militares, a exemplo de modernos caças, helicópteros, submarinos e mísseis terra-ar.

– Cada vez mais, os venezuelanos se conscientizam de que podem vir a passar a viver à sombra de um provável regime autoritário. O comprometimento de Hugo Chávez é sentido por boa parte da população, que já não vê com bons olhos a excessiva

O Brasil está sucateando as suas Forças Armadas. O Exército, a Aeronáutica e a Marinha quase não têm condições hoje de reagir a uma ação de guerra – afirmou o senador.

Mozarildo disse ainda que, com a política de expansão das reservas indígenas, o Brasil despovoou suas fronteiras em uma área importante para a segurança nacional.

– Para instalar um pelotão de fronteira numa reserva indígena do meu estado, o Exército teve que recorrer à Justiça, porque o Conselho Indígena de Roraima, que é a organização “sacrossanta” e é reconhecida pelo governo federal, por setores do Ministério Público Federal, não queria o pelotão de fronteiras na área indígena – criticou.

CELIO AZEVEDO

Heráclito questiona venda do BEP ao BB

Heráclito Fortes (DEM-PI) cobrou na sexta-feira esclarecimentos sobre a transferência do Banco do Estado do Piauí (BEP) para o Banco do Brasil (BB), anunciada com festa, no Palácio do Planalto, por R\$ 180 milhões. O senador criticou a falta de transparência e disse ainda ter dúvidas se o montante a ser pago ao estado irá incorporar o real valor do patrimônio da instituição, do qual constam fazendas, gado, imóveis e títulos.

– É um crime entregar o banco (BEP) por cento e oitenta milhões. E o patrimônio que temos lá dentro? – questionou.

Heráclito também criticou o secretário-geral da Presidência da República, ministro Luiz Dulci, que disse, na abertura da 13ª Conferência Nacional de Saúde, que a CPI das ONGs, em funcionamento no Senado, seria “idéia de conservadores”. Com ironia, o senador disse que a CPI é realmente uma iniciativa de conservadores, mas dos que conservam os “cofres públicos” contra as ações de “alopradados”.

Campanha de prevenção de acidentes de trânsito

Lúcia Vânia (PSDB-GO) sugeriu que o Senado promova uma campanha nacional de prevenção de acidentes de trânsito, por meio dos meios de comunicação da Casa. Ela disse lamentar que Goiânia ocupe lugar de destaque entre as capitais com as maiores taxas de morte no trânsito.

A senadora afirmou que a imprudência, o aumento da frota e a falta de respeito às leis estão entre os fatores para “índices tão vergonhosos”. Lúcia Vânia também lamentou os dados nacionais da Organização Mundial de Saúde (OMS).

– Em todo o mundo, morrem mais de 1,2 milhão de pessoas por ano e ficam feridas entre 20 e 50 milhões de pessoas. Somos campeões mundiais em número de acidentes nas estradas.

Lobão cobra soluções para migração desordenada

A troca da terra natal por outra é recorrente em toda a história da humanidade, conforme lembrou Edison Lobão (PMDB-MA) na sexta-feira. Em seu discurso, ele destacou que no Brasil o maior problema hoje é a emigração.

Para Lobão, isso acontece pela falta de perspectiva de muitos brasileiros de sobreviver dignamente na própria pátria, e cabe aos legisladores a responsabilidade de propor soluções.

– O Brasil deixou de ser uma terra de oportunidades e tornou-se uma terra de emigrantes. Segundo estimativas recentes, mais de dois milhões de brasileiros vivem no exterior.

Lobão lembrou que, nas últimas décadas, a migração desenfreada é um problema para os países como França, Espanha, Estados Unidos e Alemanha, pois os descendentes dos imigrantes são agora cidadãos nacionais.

De acordo com Lobão, levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU) concluiu que existem 191 milhões de migrantes, sendo que 115 milhões estão nos países industrializados.

César Borges elogia ações contra o crime no Rio

O senador César Borges (PR-BA) aplaudiu na quarta-feira a atuação do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, no combate permanente à criminalidade no estado. Na sua avaliação, o trabalho deve servir de modelo para os demais governadores. Segundo Borges, as organizações criminosas são inteligentes e dinâmicas e, quando combatidas, mudam o local de ação.

A política de combate às organizações criminosas vai permitir que o Estado retome o controle de áreas conquistadas pela criminalidade, afirmou o senador. Ele disse que o combate ao crime deve ser feito com determinação pelo governo e criticou a prática, adotada por alguns governantes, de negociar com criminosos.

Mesquita Júnior condena critérios de liberação de verbas públicas

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) protestou contra a prática do governo federal, segundo ele, de liberar as emendas parlamentares ao Orçamento somente para os que são “da cozinha da Presidência da República”.

– Essa prática não muda; ao contrário, acentua-se cada dia mais. Ela dá ensejo à corrupção, dá ensejo à avacalhado deste Parlamento – disse.

Para o senador, se não for para cumprir a lei orçamentária, com liberação igualitária das emendas, será melhor acabar de vez com as emendas parlamentares.

– Faço uma verdadeira peregrinação para conhecer as reais necessidades da população. Mas sei que é trabalho perdido, as emendas não serão liberadas – afirmou.

Simon critica atuação da oposição no Rio Grande do Sul

A rejeição do pacote de medidas sugerido pela governadora Yeda Crusius (PSDB) pelos deputados estaduais recebeu críticas do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo ele, havia um acordo para que a votação fosse feita na próxima semana, para permitir um entendimento. A oposição, de acordo com Simon, aproveitou um momento em que o Plenário estava esvaziado e rejeitou a proposta da governadora por 34 votos a zero.

– O PT assumiu a presidência da sessão, inverteu a pauta, e foi rejeitado o pacote de reformas propostas pela governadora – contou, criticando especialmente o ex-governador Olívio Dutra.

Augusto Botelho anuncia inauguração de escola técnica

O ministro da Educação, Fernando Haddad, inaugura nesta segunda-feira uma nova unidade de escola técnica no município de Novo Paraíso (RR). A informação foi dada em Plenário, na sexta-feira, pelo senador Augusto Botelho (PT-RR). Segundo ele, o estabelecimento, que formará técnicos agrícolas, terá grande impacto na região e possibilitará aos jovens terminar o nível médio com qualificação profissional suficiente para trabalhar sua própria terra.

Augusto Botelho informou que em Boa Vista já existe uma escola técnica que oferece 11 cursos a 2.600 alunos e que em todos os municípios do interior do estado há *campi* da Universidade Estadual de Roraima que atendem a mais de 5 mil estudantes.

Voz do Leitor

CONCURSO PÚBLICO

“Sugiro que se diminua o valor das inscrições dos concursos públicos, porque eles só estão enriquecendo as empresas aplicadoras de testes e até as prefeituras. Os responsáveis nem sequer mandam cartas avisando das alterações nos concursos, datas das provas etc. Os inscritos devem adivinhar que saiu um novo edital. Por isso, considero os valores cobrados muito altos.”

Joélia de Souza Silva Custódio, de Francisco Morato (SP)

LICENÇA-MATERNIDADE

“Parabenizo os senadores pela aprovação do projeto que prorroga a licença-maternidade para seis meses.”

Alexnaldo de Santana Santos, de Catu (BA)

ÁLCOOL

“Como está difícil os países ricos abrirem seus mercados para o álcool brasileiro, por que o governo brasileiro não estimula o brasileiro a usar o álcool aqui e vende o nosso petróleo para o exterior? Se não querem o nosso álcool, certamente o nosso petróleo vão querer! Se conseguíssemos exportar metade da nossa produção diária, quanto ganharíamos? Sugiro ao governo e às empresas que invistam em pesquisas para substituir o combustível fóssil pelo álcool em motos, barcos, navios, caminhões, aviões, tratores e máquinas, para criar um excedente de petróleo. A hora é agora.”

Franz Josef Hildinger, de Praia Grande (SP)

BALANÇO SOCIAL

“Concordo com o Projeto de Lei do Senado 224/07, pela obrigatoriedade da elaboração do balanço social

pelas empresas, de autoria da senadora Lúcia Vânia. Se ele for aprovado, as nossas empresas certamente se preocuparão mais com assuntos voltados à sociedade.”

Ricardo Lima, de Pinhão (PR)

EDUCAÇÃO

“Sou professor de Geografia e estou realizando um trabalho com alunos de 8ª série do ensino fundamental utilizando o **Jornal do Senado**. O objetivo é, por meio da leitura de jornais, aproximar os alunos dos fatos locais e globais, além de promover a análise crítica e a produção de artigos a partir da leitura de reportagens jornalísticas.”

Santiago Siqueira, de Campeche (SC)

DESARMAMENTO

“Se os órgãos mantidos por nossos impostos não sabem ou não são competentes para proteger o cidadão indefeso, pelo menos deixem que nós nos defendamos. Não desarmem o cidadão de bem e sim os bandidos. Exijam treinamento adequado para o cidadão que quiser e tiver condições para usar uma arma.”

Elmo Medeiros, de Campinas (SP)

BANCOS

“Qual é a virtude especial dos bancos que operam no Brasil e que justifica eles terem as maiores taxas e lucratividade do mundo?”

Sérgio Rodrigo Coelho Torres, de Petrópolis (RJ)

PIRATARIA

“Sugiro um projeto que reduza a carga tributária para a comercialização de CDs e DVDs, para que os originais tenham preços acessíveis.”

Renato Sampaio, de Barretos (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

RESTRIÇÃO A BEBIDAS

Robson Aparecido Vieira, de São Carlos (SP)

“Como será a nova lei que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos postos de gasolina?”

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) responde:

O Brasil é um dos países com os maiores índices de consumo de álcool no mundo. Isso se dá por diversos fatores, e um deles, em especial entre os jovens, é a venda de bebidas alcoólicas nos postos de gasolina, cujas lojas ficam abertas 24 horas por dia. Eles exageram na bebida e depois dirigem, causando graves acidentes. A lei tem como alvo não apenas os postos de gasolina, mas também os estabelecimentos localizados ao longo das rodovias. A proposta prevê que estados e municípios serão responsáveis pela fiscalização. Em nosso país, as leis não pegam quando não há multa, por isso, os infratores serão punidos com multas que vão de R\$ 10 a R\$ 50 mil. O estabelecimento ainda poderá perder a licença de funcionamento e o governador ficará interessado em fiscalizar, já que o dinheiro arrecadado irá beneficiar a sua administração. Há uma promessa do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, de fazer com que esse projeto tramite em regime de urgência na Câmara dos Deputados. O Executivo estava preparando uma medida provisória, mas o ministro decidiu que irá incorporar algumas de suas propostas nesse projeto e viabilizar a sua votação no início de 2008.



Agora é lei

Pronasci é criado para enfrentar violência

Jovens em situação de risco social, de 15 a 29 anos, ex-presos e famílias expostas à violência urbana serão atendidos pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), criado pelo governo federal e executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com estados, Distrito Federal e municípios, e da participação das famílias e da comunidade. O objetivo é desenvolver projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, para melhorar a segurança pública nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos. De acordo com a Lei 11.530/07, sancionada pelo presidente da República e publicada no *Diário Oficial* em 25 de outubro, as ações serão voltadas à prevenção, controle e repressão da criminalidade. Para tanto, o programa investirá na promoção dos direitos humanos, levando em conta questões de gênero, etnia, raça, idade, orientação sexual e diversidade cultural.

A modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional e a valorização dos profissionais de segurança pública e dos agentes penitenciários também merecerão atenção especial. O Pronasci vai implementar programas continuados de formação em direitos humanos para policiais civis e militares, bombeiros militares e servidores do sistema penitenciário, e deverá ainda apoiar o desarmamento, a ressocialização de ex-presos, o acesso à Justiça, especialmente nos territórios vulneráveis, e a urbanização de espaços públicos. Para fazer parte do Pronasci, estados e municípios deverão compartilhar as ações e as políticas de segurança, sociais e de urbanização; fornecer efetivo policial nas ações de pacificação territorial; divulgar as ações e projetos do programa e apresentar um plano diretor do sistema penitenciário, no caso dos estados e do Distrito Federal; e disponibilizar mecanismos de comunicação e informação para mobilização social.

Frases

“É o dinheiro do contribuinte que está indo embora como fumaça”

Kátia Abreu, respondendo a Guido Mantega, para quem seu relatório contra a prorrogação da CPMF não passa de “fumaça”.

“A vitória foi importante, mas o jogo continua e precisaremos de muito cuidado a partir de agora”

Romero Jucá, sobre a vitória do governo ao aprovar a prorrogação da CPMF na CCJ.

“Eu não chamaria minha previsão de pessimismo, mas de realismo e prudência. Porque não se pode aqui iludir o governo. Meu papel não é o de arbitrar a favor ou contra a CPMF, mas o de não negar a realidade”

Tião Viana, considerando realista sua previsão de que seria apertada a vitória do governo.

“No Plenário, agora, o governo vai ter dente por dente, olho por olho”

Arthur Virgílio, ao anunciar que PSDB vai obstruir as votações do Senado.

“É lamentável que o prejuízo seja para a população mais carente, que procurava, por meio de passagens populares, substituir os perigosos e cansativos ônibus pela viagem de avião”

Heráclito Fortes, sobre a suspensão dos vôos da BRA.

“Quando uma nação é capaz de assegurar abrigo digno a uma criança, ela está à altura do seu tempo e dos seus desafios”

Tião Viana, sobre pesquisa feita pelo DataSenado que registrou 80% de apoio à licença-maternidade de seis meses.

“Pesa contra sua presunção de inocência sua conduta na Presidência, com suas notórias e reiteradas interferências no órgão, no intuito de interferir nas investigações”

Jefferson Péres, ao pedir a cassação do senador Renan Calheiros no Conselho de Ética.

“A cassação e a inelegibilidade representam a morte física, afetiva e intelectual de Renan”

Almeida Lima, para quem não existem provas para cassar Renan.

Foto da Semana

A primeira batalha travada no Senado em torno da prorrogação da CPMF teve entre os protagonistas o líder do governo, Romero Jucá (D), cujo voto em separado a favor da matéria foi aprovado na CCJ, presidida por Marco Maciel (C). O texto substituiu o parecer da relatora Kátia Abreu, que teve o apoio de Tasso Jereissati (em pé, com Kátia) e Arthur Virgílio (em pé, com Jucá), respectivamente presidente do PSDB e líder do partido na Casa



LEOPOLDO SILVA

Reportagem é finalista de prêmio nacional

A reportagem especial *Tapa de amor dói - e muito*, produzida pela Rádio Senado, foi selecionada como uma das finalistas nacionais do 9º Prêmio Imprensa Embratel. A cerimônia de premiação está marcada para o dia 28 de novembro, no Rio de Janeiro.

De autoria dos jornalistas Larissa Bortoni e Maurício de Santi, a reportagem traz depoimentos de mulheres vítimas de violência doméstica em Pernambuco. Também mostra como as vítimas e entidades organizadas estão

reagindo a esse tipo de crime. Pernambuco foi escolhido como cenário da reportagem por ser o estado que registra o maior número de casos de violência contra a mulher.

Tapa de amor dói - e muito, apresentada no formato de radiodramaturgia, foi ao ar na Rádio Senado nos dias 8 e 9 de março deste ano, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Você pode ouvir a reportagem na página da Rádio Senado na internet: www.senado.gov.br/radio.

Fique por Dentro da Lei discute benefícios trabalhistas

A advogada Loide Júlia, especialista em Direito do Trabalho, é a convidada do programa *Fique por Dentro da Lei* desta terça-feira, que a Rádio Senado transmite às 8h30.

Ela vai tirar as dúvidas de duas ouvintes que trabalham como merendeiras. Uma delas mora em Goiatins (TO) e a outra vive em Bom Jesus (PI). Elas relataram irregularidades no pagamento dos salários e de outros benefícios a que têm direito.

Escassez do gás é tema de debate na Rádio Senado

Em meio às comemorações da descoberta de uma nova reserva de petróleo e gás na bacia de Santos (SP), surge a ameaça de uma possível redução na produção nacional de gás nos próximos anos. O governo, que estimulou a utilização do gás natural como fonte geradora de energia, assegura que não haverá desabastecimento. Mas a possibilidade de aumento no preço do produto já foi admitida pela própria Petrobras.

O ministro de Minas e Energia, Nelson Hubner, já anunciou que a prioridade é garantir o gás para as usinas termelétricas.

Além de representar uma preocupação adicional para o controle da inflação, problemas na produção de gás afetam milhões de brasileiros.

A possível crise do setor pode prejudicar indústrias, além de taxistas e outros consumidores que optaram pela conversão dos motores de seus veículos para utilizar o gás como combustível. Os aspectos econômicos, ecológicos e sociais que a escassez do gás pode gerar serão abordados na entrevista especial do programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia.

Programa esclarece implicações de uma crise no fornecimento

Assessor do BNDES fala sobre biocombustíveis

A estratégia para o desenvolvimento do biocombustível e as relações internacionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são os temas da entrevista do *Senado Economia* desta segunda-feira, às 8h30, na Rádio Senado.

O convidado é o economista Antônio Barros de Castro, professor da Fundação Getúlio Vargas, ex-presidente do BNDES e atual assessor da Presidência para Assuntos Estratégicos do banco. A entrevista tem duas partes: a primeira vai ao ar nesta segunda-feira; a outra, na segunda da próxima semana.



O economista Antônio Barros de Castro é o entrevistado do programa *Senado Economia* desta segunda-feira, às 8h30

DIVULGAÇÃO - BNDES

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
-
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

Solenidade comemora o Dia da Bandeira

Em comemoração ao Dia da Bandeira, o Senado e a Câmara dos Deputados irão promover a solenidade de hasteamento do Pavilhão Nacional nesta segunda-feira, às 11h45. A cerimônia ocorrerá na rampa do Congresso Nacional. A solenidade contará com desfile de cadetes do Corpo de Bombeiros conduzindo as bandeiras históricas do Brasil e com a execução dos hinos Nacional e da Bandeira, pela banda de música do Exército Brasileiro.

Unilegis lança novo livro de Ciência Política

Nesta terça-feira será lançado o terceiro volume da série Edições Unilegis de Ciência Política.

A obra *Sistemas políticos e o modelo brasileiro*, de Octaciano Nogueira, é destinada a estudantes universitários das áreas de Ciências Sociais. No entanto, é um manual didático acessível a qualquer leitor, sendo útil, também, a quem deseja iniciar-se na vida pública. O lançamento será na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, às 19h.

Esta edição do Jornal do Senado deixa de publicar, excepcionalmente, a seção Resenha.

INTERLEGIS

Senado expõe os símbolos nacionais até o fim do mês

Até o dia 30 deste mês, os visitantes do Senado poderão conferir a exposição *Símbolos Nacionais*, na Senado Galeria, localizada no Anexo I. A iniciativa é em comemoração aos 118 anos da criação dos quatro símbolos nacionais do Brasil: a Bandeira, as Armas (ou Brasão Nacional), o Selo Nacional e o Hino Nacional. A mostra pode ser visitada das 9h30 às 17h.

A Bandeira Nacional e o Brasão Nacional foram criados em 19 de novembro de 1889, quatro dias após a Proclamação da República. As cores da Bandeira têm um significado: o verde simboliza as matas; o amarelo, o ouro e as riquezas nacionais; o azul, o céu; e o branco, a paz. Originalmente,

o círculo azul – cortado por uma faixa com a frase “Ordem e Progresso” – tinha 21 estrelas. Hoje, elas são 27, em referência aos 26 estados e ao Distrito Federal.

As Armas Nacionais representam a glória, a honra e a nobreza do Brasil, e seu uso é obrigatório nos edifícios-sedes dos três Poderes dos governos federal, estaduais e municipais. Nos quartéis militares e policiais e nos salões principais de escolas públicas, também é obrigatória a exibição do brasão. A finalidade do Selo Nacional é a autenticação dos documentos oficiais.

O Hino Nacional tem letra de Joaquim Osório Duque Estrada e música de Francisco Manuel da Silva. Até a Proclamação da



A Bandeira Imperial do Brasil, marca da emancipação política do país, foi criada em 1822 e utilizada até a Proclamação da República

República, foi executado em solenidades civis e militares, mas sem letra. Somente em 1922, a letra de Joaquim Osório foi oficializada por decreto do então presidente Epitácio Pessoa.

Fórum discutirá políticas para a primeira infância

O Senado vai discutir, nos dias 28 e 29 deste mês, o desenvolvimento de políticas educacionais destinadas à prevenção da violência na primeira infância. O tema “Políticas para a primeira infância – quebrando a cadeia da violência” será abordado na terceira edição do Fórum Senado Debate Brasil, organizado pela Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais.

O debate tem como objetivo “criar um espaço em que sejam

discutidos, em profundidade, as raízes da violência e os possíveis modos de prevenção em nosso contexto sociocultural contemporâneo”.

A intenção é sensibilizar e conscientizar as autoridades constituídas, organizações não-governamentais e toda a sociedade quanto à necessidade de se dedicar maior atenção à primeira infância – fase que vai da concepção aos seis anos e é primordial para a formação

de um indivíduo mais apto à convivência social e à cultura da paz. O fórum também visa criar uma oportunidade para a elaboração de sugestões de políticas públicas em áreas como saúde, educação, assistência social e cultura.

O fórum será aberto às 9h30 do dia 28, pelo presidente interino do Senado, Tião Viana, com a presença dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Paulo Paim (PT-RS) conduzirá o segundo dia do evento, do qual também participará Marco Maciel (DEM-PE). Ao final, será destinado um espaço para apresentação de sugestões que possam levar a propostas concretas para a implementação de políticas e práticas no Brasil.

Para obter maiores informações sobre o fórum e fazer as inscrições, acesse <http://www.senado.gov.br/comunica/forum-debatebrasil/default.asp>

Arquivo aberto

Instituído pelo Decreto nº 4, de 1889, o Dia da Bandeira é comemorado em 19 de novembro há 118 anos. O **Jornal do Senado** de 20 de novembro de 1997 registrou a solenidade do hasteamento da Bandeira com representantes da Casa. Em 22 de novembro de 2005, o jornal destacou a participação de estudantes na comemoração: “Cerca de 300 alunos de escolas públicas estiveram na cerimônia realizada no

Congresso Nacional, onde foi executado o Hino à Bandeira pela banda do Colégio Militar”. Em 19 de novembro de 2002, o senador Ramez Tebet fez um apelo: “O Senado e todos nós



queremos ver a Bandeira do Brasil hasteada não só nos prédios públicos, mas também nas residências e nos prédios comerciais, como vemos em outros países”.

Há 25 anos – Em 23 de novembro de 1982, morreu o cantor e compositor Adoniran Barbosa. No dia 2 de dezembro de 2003, a senadora Ideli Salvatti cantou versos da música *Na baixa do sapateiro*, de Adoniran, em homenagem ao Dia do Samba, como informou o **Jornal do Senado** de 3 de dezembro de 2003. O programa *Século XX no Brasil 500 anos*, da Rádio Senado, lembrou que “ele cantava, com humor e ironia, a vida da gente pobre da Paulicéia”. Em 2006, o programa *Música do Brasil*, com apresentação de Arthur da Távola, produziu quatro programas dedicados a Adoniran Barbosa.

Há 85 anos – Em 19 de novembro de 1922 nasceu o escritor português José Saramago. Em 9 de outubro de 1998, o senador Bernardo Cabral homenageou o escritor em Plenário por ter recebido o Prêmio Nobel de Literatura daquele ano: “Em verdade, aqueles poetas que sabem onde querem chegar, que escolhem o caminho certo e o jeito próprio de caminhar, um dia vêem reconhecido o seu talento”.

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa

e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Amor e respeito contra gravidez precoce

Para os especialistas, o primeiro passo na prevenção da gravidez na adolescência é mergulhar no universo juvenil, abandonando a visão “adultocêntrica” predominante, que desconsidera a opinião, sentimentos e necessidades dos

adolescentes e quer impor-lhes o projeto de vida da família, dos educadores e dos profissionais de saúde. Veja nesta última edição sobre o tema, como minimizar os riscos de uma gravidez na adolescência e como lidar com ela, caso ocorra.

Diálogo e afeto: essenciais na orientação dos jovens

Os especialistas são unânimes em afirmar que o primeiro e mais importante instrumento para prevenir a gravidez na adolescência é a construção de um lar em que haja diálogo e afeto, no qual o adolescente se sinta acolhido, apesar das dificuldades dessa fase. Desde cedo os pais devem conversar com a criança, responder suas perguntas sem críticas e respeitar sua curiosidade. Isso vai facilitar as conversas no futuro. Quanto mais seguro, amado e respeitado, mais o adolescente irá desenvolver uma boa imagem de si mesmo e do mundo, cuidar melhor de si e saber se defender e se preservar. Veja outras sugestões dos especialistas:

- ☞ Eduque seu filho para que ele se responsabilize pelos seus atos – estabeleça limites claros e razoáveis, permita que ele enfrente as conseqüências de não ter cumprido seus deveres.
- ☞ Construa com ele uma rotina com atividades prazerosas que ocupem a maior parte do seu tempo livre.
- ☞ Um projeto de vida de que ele goste é um passo importante. Preste atenção às habilidades e inclinações do seu filho. Estimule-o falando das conquistas que o estudo e o trabalho podem trazer, mas deixe que ele decida.
- ☞ Certifique-se de saber o máximo possível sobre reprodução humana e métodos anticoncepcionais.
- ☞ Educação sexual deve começar em casa e do jeito certo: com diálogo e informações claras. Repressão e silêncio, ou frases enigmáticas, não ajudam. Sermão também não.
- ☞ Falar claramente sobre sexo não estimula o adolescente a iniciar precocemente sua vida sexual;

portanto, faça-o sempre que considerar necessário.

- ☞ Gravidez na adolescência pode ser sinônimo de muitos problemas. Coloque-os claramente para o adolescente, peça que ele pense sobre como fica a rotina de alguém que tem um bebê para criar.
- ☞ Chame a atenção do adolescente mostrando como ficariam a escola e seus projetos profissionais em caso de gravidez; leve-o a imaginar o futuro.
- ☞ Fale do aborto – ilegal, perigoso para a saúde e causador de muitas mortes entre adolescentes – e do casamento, com todas as suas implicações e responsabilidades.
- ☞ Percebendo que seu filho iniciou a vida sexual, peça ao médico ou explique você mesmo como usar os diferentes métodos anticoncepcionais, especialmente preservativos (camisinhinhas) e pílulas anticoncepcionais.
- ☞ Lembre aos meninos que, para eles, todos os dias são “férteis”.
- ☞ Não tenha medo de contrapor idéias, mas evite exagerar na discussão ou brigar.
- ☞ Escute e fale muito. Repetição ajuda, ainda que o adolescente diga que está cansado de ouvir.
- ☞ Se você é adepto de uma religião, estimule seu filho a praticá-la. As religiões ajudam a desenvolver a responsabilidade.



Os especialistas recomendam que os pais, ao perceberem que o adolescente iniciou a vida sexual, ensinem como usar os métodos anticoncepcionais

Gestação precisa ser acompanhada

As adolescentes grávidas devem ser encaminhadas imediatamente a um programa de assistência pré-natal, no posto de saúde ou hospital mais próximo. Quanto mais completo – envolvendo nutricionista, psicólogo, médico, enfermeiros –, melhor. A adolescente precisa de muita orientação e preparo, já que em geral está muito assustada.

Nessa hora, sentimentos como raiva, frustração e decepção costumam vir à tona, o que é natural

diante da situação, mas não podem durar muito tempo. A família precisa unir-se, analisar a situação e pensar, juntamente com a mãe, o que fazer diante da gravidez precoce. É necessário compreender e apoiar a adolescente, ajudá-la em tudo o que for possível. Ela e o bebê precisam agora de responsabilidade e afeto. Questões como a continuidade dos estudos, os cuidados com a criança, as despesas financeiras etc. têm de ser pensadas e solucionadas com

equilíbrio e serenidade.

Com o nascimento da criança, os limites e as responsabilidades de cada membro da família devem ser definidos, para que haja o mínimo de conflitos. A mãe deve ser acompanhada e orientada para garantir que o bebê seja bem cuidado. É importante lembrar que se as questões emocionais que a afligiam não forem resolvidas, ela poderá tentar resolver o problema com uma nova gravidez, alertam os pesquisadores.

Aborto traz conseqüências graves

Ao contrário da mulher adulta, que percebe a gravidez logo, a adolescente demora a identificá-la. A tendência é negar os sintomas e achar que com ela nunca vai acontecer. Quando percebe, muitas vezes já não há tempo para a contracepção de emergência (pílula do dia seguinte) e ela decide abortar.

Como o aborto além de crime é um tabu, ela pode deixar de consultar um médico, por medo do julgamento moral ou que ele conte para os pais, e procurar métodos e clínicas clandestinos, influenciada e ajudada pelas amigas ou pelo namorado. Quanto menor o poder aqui-

sitivo, maior a dificuldade para conseguir abortar e mais graves as conseqüências. Em geral, ela só procura o hospital quando já fez o aborto e não é raro estar há dias com hemorragia ou uma infecção que pode levar à esterilidade e até à morte. Cerca de 30% das mortes por complicações de aborto na cidade de São Paulo são de garotas entre 15 e 19 anos.

Do ponto de vista psicológico, as conseqüências do aborto também são mais graves em adolescentes, já que elas não têm a estrutura psicológica de uma mulher adulta. A culpa, o medo e o sofrimento são intensos e podem

ter conseqüências graves.

Se, depois do aborto, os pais cobram, vigiam e punem, a adolescente pode se sentir ainda mais desvalorizada, perdida e vulnerável, voltando a engravidar. Estudos indicam que 40% das adolescentes engravidam depois de três anos da primeira gestação.

Adoção é a opção correta quando não se pode criar

O desespero faz com que muitas mães tentem ou até acabem matando o recém-nascido, numa tentativa criminosa de resolver a situação. No entanto, o poder público oferece a garantia de um lar para a criança, evitando ainda que essas mães sejam acusadas e duramente punidas pelos crimes de homicídio ou tentativa de homicídio.

Para obter essa ajuda, a grávida deve conversar com o médico ou enfermeiras do posto de saúde ou hospital onde faz o pré-natal e pedir para ser encaminhada ao

ela mencionar o nome do pai biológico, a VIJ tem o dever de procurá-lo para tentar garantir o direito da criança de ser criada por sua família. Caso contrário, a mãe decide sozinha.

Se, depois de dar à luz, a mãe está decidida, o hospital informa à VIJ e a alta só é dada após

Segundo o IBGE, a taxa de fecundidade caiu de 6,2, em 1940, para 2,3 filhos em 2000, mas cresceu 26% entre adolescentes desde 1990

audiência com o juiz. Presentes um promotor de justiça e um defensor público (em caso de adolescente, a presença do responsável também é exigida), o juiz certifica-se da decisão da mãe, que a partir daí perde os direitos sobre a criança. O bebê é imediatamente abrigado pela VIJ, que chama os primeiros candidatos da lista de espera de adoção para conhecê-lo. Os recém nascidos são em geral adotados rapidamente.

Na ausência ou incapacidade da mãe, quem detém a guarda legal da criança também pode entregá-la para adoção.

Saiba mais

Universidade Federal de São Paulo
Escola Paulista de Medicina
Programa Pró-Qualidade de Vida
(11) 55495556
www.craj.unifesp.br

Varas da Infância e Juventude
www.stj.gov.br/porta_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=46 - Acesse o site do tribunal de justiça do seu estado nesse endereço e localize as respectivas varas da infância e juventude.